

Presidência Austríaca da União Europeia

**5º Encontro Europeu das Pessoas
que Vivem em Situação de Pobreza**

Como enfrentamos o dia-a-dia?

Bruxelas, 12 e 13 Maio 2006

Índice

Principais Mensagens: Relatório da Presidência Austríaca ao Conselho Europeu do Emprego, dos Assuntos Sociais, da Saúde e dos Assuntos do Consumidor de 1-2 Junho 2006

Prefácio da Presidência Austríaca

Nota da Presidente

1. Introdução
2. Sessão de Abertura
3. Conclusões dos *Workshops*
 - 3.1 A importância da participação
 - 3.2 A realidade da pobreza e da exclusão social
 - 3.3 O que é necessário para uma “vida digna”?
 - 3.4 Reforçar o processo de Inclusão Social
 - i. Melhores Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI's)
 - ii. *Mainstreaming* (integração transversal) das políticas da UE
 - 3.5 Título de Futuros Encontros
4. Debate com o Painel
5. Sessão de Encerramento

Anexo: Lista de Participantes

PRINCIPAIS MENSAGENS

Relatório da Presidência Austríaca ao Conselho Europeu do Emprego, dos Assuntos Sociais, da Saúde, do Consumidor

Luxemburgo, 1-2 Junho 2006

Contextualização

O 5º Encontro teve lugar em Bruxelas nos dias 12 e 13 de Maio de 2006 sob o tema “Como enfrentamos o dia-a-dia?”, onde participaram mais de 200 pessoas. Entre os participantes encontravam-se as delegações de pessoas que vivem em situação de pobreza de 23 países (21 Estados Membros, a Bulgária e a Noruega), vários representantes do Comité de Protecção Social (CPS) e do Programa de Acção Comunitário de Luta Contra a Pobreza, representantes da Comissão Europeia, do Comité Económico e Social, do Comité das Regiões, da EAPN e de outras ONG’s europeias.

Apresentam-se de seguida alguns dos principais pontos salientados pelas pessoas que vivem em situação de pobreza no decorrer do Encontro:

Participação

A Participação é essencial: é essencial envolver as pessoas que vivem em situação de pobreza nas decisões que afectam as suas vidas no dia-a-dia. Os decisores políticos devem ouvir e envolver-se num diálogo profícuo aos níveis europeu, nacional e local. Esta participação deve ser regular, ter um estatuto e estrutura oficial e ser financiada. É igualmente necessário definir um conjunto de indicadores que permitam monitorizar o nível e a qualidade dos mecanismos de participação.

A realidade da pobreza

Sobreviver é uma luta constante: quando se é pobre, é difícil fazer face ao quotidiano. É um combate diário para sobreviver. Viver em situação de pobreza é muitas vezes sinónimo de isolamento e de privação de informação de base. As necessidades essenciais, como o acesso ao trabalho, a uma habitação condigna, aos cuidados de saúde, à educação não são satisfeitas. Mesmo quando existem os serviços de base, estes tratam muitas vezes as pessoas de forma desrespeitadora, desinteressada e estigmatizante. O racismo e a discriminação acentuam o isolamento e o sentimento de exclusão, de impotência, de estigmatização e de culpa. Não temos qualquer hipótese de escolha!

Empregos cada vez mais precários e inadequados: para muitos, o acesso a empregos dignos é muito limitado. O trabalho traduz-se frequentemente em empregos precários e mal

remunerados, que não permitem tirar as pessoas da pobreza. O acesso ao trabalho é mais ainda difícil quando se é vítima de racismo ou de discriminação, sobretudo para as comunidades ciganas, os requerentes de asilo, os imigrantes indocumentados, mas também para as famílias monoparentais e as pessoas portadoras de deficiência.

Receio pelos seus filhos: Muitos pais temem que as coisas a que não tiveram acesso nas suas vidas, também venham a faltar aos seus filhos quando crescerem. Não se trata apenas satisfazer as necessidades básicas ou ter acesso inadequado aos serviços básicos mas que lhes falte a oportunidade de participar na vida social, cultural, recreativa, que é normal na comunidade onde vivem.

Condições essenciais a uma vida digna

Direitos humanos e dignidade para todos: a necessidade mais fundamental para uma vida digna é o respeito pelos direitos humanos e da dignidade de todas as pessoas, independentemente da sua origem étnica, religião ou estatuto jurídico. Todo o indivíduo e a sua história contam.

Um rendimento mínimo adequado: numa das zonas mais ricas do mundo como é a UE, todo o cidadão deveria ter garantido o direito a um rendimento mínimo suficiente para pagar as despesas e viver dignamente. Os recursos deveriam cobrir não apenas os bens essenciais mas também a participação na vida social e cultural e o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo.

Aplicação da legislação anti-discriminação: é essencial que uma legislação forte em matéria de igualdade e de luta contra a discriminação seja rigorosamente aplicada e que seja garantido o direito de cada um ao trabalho e o acesso aos serviços.

Acesso a empregos dignos: O acesso a empregos de qualidade é a via privilegiada para muitos, mas não para todos, saírem da pobreza e para poderem tornar-se cidadãos activos. O acesso a este tipo de empregos tem que ser apoiado e ter ligações a oportunidades de formação adequada, a serviços sociais de apoio e a sistemas de rendimentos de apoio flexíveis.

Ter um tecto: Uma habitação condigna e a um preço razoável é outra necessidade básica. Isto significa um maior investimento na construção de habitação social, no controle de rendas e despejos, processar proprietários abusivos e garantir serviços de habitação que respeitem as pessoas.

Acesso aos serviços básicos: Os serviços essenciais devem ser: disponibilizados localmente, actualizados, eficientes e universais (não visando apenas um grupo ou grupos específicos).

- A igualdade de oportunidades em matéria de **educação** é um trampolim para a vida e o acesso à aprendizagem ao longo da vida, incluindo o ensino superior gratuito e a formação nas novas tecnologias de informação e de comunicação são essenciais para todos;
- Acesso aos **serviços básicos de saúde**, incluindo serviços de odontologia, deve ser garantido para todos;
- Uma vida digna passa também pelo acesso aos **transportes, aos serviços sociais e à guarda de crianças** a preços razoáveis;
- Oportunidades para participar em **actividades culturais, criativas, desportivas e de lazer** a preços acessíveis.

Acesso à informação: o acesso a informação relevante e compreensível sobre direitos, serviços e oportunidades é vital para sobreviver e ter uma vida autónoma.

PNAI's 2006-2008

- **A Participação** das pessoas que vivem em situação de pobreza e as ONG's que os representam na preparação, mas também, na implementação e monitorização dos novos PNAI's deve ser alargada e aprofundada. Os funcionários responsáveis pelos PNAI's devem receber formação sobre técnicas de participação.
- Os próximos PNAI's devem ser mais **concretos, focalizados e específicos e** portanto mais compreensíveis e eficazes que os precedentes.
- A preparação dos PNAI's devem envolver **todo o sistema político** e estabelecer as ligações entre as diferentes matérias e competências que têm um impacto sobre a pobreza e a exclusão social.
- Os PNAI's devem ter em consideração o **conjunto de necessidades** essenciais a uma vida digna e não se centrarem apenas em medidas de activação.
- Os PNAI's devem ter em conta o impacto da **privatização de certos serviços públicos** (ex. água, gás, electricidade).

Monitorização e avaliação constante do que realmente aconteceu, porque os PNAI's devem ser reforçados.

Propostas da Presidência

A Presidência Austríaca concorda que a participação é essencial. De acordo com os objectivos comuns para a protecção e a inclusão social, os Estados Membros devem aumentar os seus esforços para incluir as pessoas que vivem em situação de pobreza.

É necessário intensificar o intercâmbio de informação entre os Estados Membros sobre as suas experiências de participação com as pessoas que vivem em situação de pobreza. Neste contexto, a Presidência Austríaca da UE propõe centrar o debate sobre o desenvolvimento sustentável no Conselho de 1 de Junho de 2006 sobre inclusão social e mais particularmente, sobre a questão das modalidades pelas quais o envolvimento das pessoas em situação de pobreza poderia ser melhorado a todos os níveis.

A pobreza é uma luta diária pela sobrevivência, uma luta que demasiadas pessoas têm que vivenciar dia após dia. Este facto deve estar sempre presente no espírito de todos os responsáveis pela elaboração das políticas.

O acesso ao um emprego digno é uma questão chave que deve ser considerada em todos domínios políticos relevantes para que constitua uma via para sair da pobreza e da exclusão social.

A Presidência Austríaca da UE incita todos os participantes e convidados deste 5º Encontro, a disseminar, o mais amplamente possível, os resultados e as experiências que aqui irão surgir.

Os Encontros Europeus das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza têm provado a sua importância e utilidade e como tal deveriam prosseguir.

Prefácio

Pobreza significa uma luta diária pela sobrevivência. Um luta que ainda demasiadas pessoas, na União Europeia, têm que vencer dia após dia. Durante o Conselho Europeu da Primavera nos dias 23 e 24 de Março de 2006, esta questão foi sublinhada pela Presidência Austríaca para reafirmar o compromisso dos Chefes de Estado e de Governo para produzir um impacto decisivo na redução da pobreza e da exclusão social até 2010.

Neste processo é indispensável envolver as pessoas directamente afectadas pela pobreza. Porque a vivem no seu quotidiano, elas estão evidentemente na melhor posição para avaliarem quais são as medidas mais eficazes para a erradicar. Estou portanto muito satisfeita que a Presidência Austríaca do Conselho tenha sido bem sucedida em preservar a tradição dos Encontros Europeus de Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza, e o processo de consulta que o acompanha.

Este Encontro não teria sido possível sem a valiosa contribuição de todas as pessoas envolvidas, às quais gostaria de lhes agradecer sinceramente. Um agradecimento especial aos delegados, pelo seu empenho no trabalho desenvolvido e pela sua coragem em participar nos debates, porque as lições que retiramos das sua experiência pessoal irão “alimentar” os Relatórios de Estratégia Nacional para a Protecção e a Inclusão Social 2006-2008. No futuro, estes Relatórios deverão ser elaborados numa linguagem mais concreta, mais precisa e orientada para os objectivos, de forma a garantir a sua abrangência e eficácia.

Os principais resultados do debate fomentado pelos participantes sob o tema “*Como enfrentamos o dia-a-dia?*” foram incluídos numa mensagem da Presidência Austríaca ao Conselho dos Ministro de 1 de Junho de 2006. Estes espelham a realidade da pobreza e enunciam as necessidades básicas e os pré-requisitos de uma “vida digna”.

Espero que este Relatório permita a um público alargado, e nomeadamente aos grupos activos na luta contra a pobreza, assim como aos decisores políticos nacionais e europeus, tomarem consciência da troca de experiências dos participantes nesse 5º Encontro Europeu de Pessoas que Vivem em situação de Pobreza.

Estou convencida que estes Encontros constituem uma forma importante e bem sucedida para conduzir o processo de participação e como tal, regozijo-me com a continuação destes Encontros Europeus durante o primeiro semestre de 2007, tal como foi anunciado pela futura Presidência Alemã da UE.

Ursula Haubner
Ministra Federal da Segurança Social,
das Gerações e da Protecção do Consumidor
Representante da Presidência Austríaca da UE

Nota inicial

Quando me foi proposto presidir ao 5º Encontro Europeu de Pessoas que vivem em Situação de Pobreza, que deveria ter lugar em Bruxelas, em Maio de 2006, foi uma honra para mim aceitar desde logo o convite. A minha participação neste evento proporcionou-me dois dias muito enriquecedores no plano pessoal (utilizei deliberadamente o termo enriquecedor). Assim, em vez de fazer uma mera apreciação geral dos resultados do Encontro (que serão de qualquer forma incluídos neste relatório), gostaria de partilhar as minhas impressões e memórias que dele ficaram.

Este Encontro de dois dias realizado no edifício de aspecto austero que serve de base ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões desenrolou-se em torno de uma questão central: “Como enfrentamos o nosso dia-a-dia?”. Fiquei impressionada com os diversos testemunhos dos participantes vindos de toda a Europa. Fiquei impressionada com a imensa diversidade dos problemas expostos. Ouvimos por exemplo, o relato das dificuldades que as comunidades ciganas enfrentam; os problemas por resolver pelos jovens imigrantes desacompanhados; sobre pessoas que vivem em casas contaminadas por amianto, os problemas do desemprego e do emprego precário.... a lista é infindável!

Apesar de todos estes problemas e da diversidade de experiências dos participantes, foi impressionante ver o quanto foi possível a troca de conhecimentos e experiências. Lembro-me das apresentações que não só reflectem a luta das pessoas que vivem em situação nos diferentes países, mas demonstram também as numerosas similitudes por toda a Europa. Recordo as numerosas conversas e discussões durante os almoços e jantares informais, que proporcionaram igualmente momentos de troca de experiências. Evidentemente, nestas conversas informais, sem tradutores, a barreira da língua nem sempre permitiu a compreensão precisa do tudo o que era dito, mas, apesar deste constrangimento a mensagem passava.

Lembro-me das numerosas questões recolhidas nos *workshops* para serem colocadas aos decisores políticos e aos representantes dos vários organismos que faziam parte do painel, pessoas que não experienciam a pobreza, mas que estão envolvidas na sua erradicação. Recordo ainda que o tempo era escasso. Como presidente, não pude dar a palavra a todos aqueles que o queriam fazer. Lembro-me da decepção de numerosos participantes, incluindo eu própria, quando a hora de encerramento chegou: o encontro tinha passado tão rápido que o tempo tinha sido demasiado curto para colocar todas as questões e receber as respectivas respostas.

Felizmente, este Encontro, que constitui doravante uma tradição, conhecerá um novo momento no próximo ano, sob os auspícios da Presidência Alemã da UE. Há ainda muito mais coisas que as pessoas que vivem em situação de pobreza querem exprimir e reivindicar; há ainda muito mais para os decisores políticos e os representantes dos governos e das instituições europeias ouvirem. Espero sinceramente que os futuros Encontros venham a ser tão enriquecedores quanto este organizado pela Presidência

Austríaca. Agradeço ao Ministério Austríaco e à Rede Europeia Anti-Pobreza por assegurarem a continuidade deste processo. Sinto-me honrada por ter participado neste evento!

Karin Heitzmann

Professor Assistente no *Institute for Social Policy*,
Vienna University of Economics and Business Administration
Presidente do 5º Encontro Europeu

INTRODUÇÃO

O 5º Encontro Europeu das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza, subordinado ao tema “*Como enfrentamos o dia-a-dia?*”, decorreu em Bruxelas, nos dias 12 e 13 Maio de 2006, sob os auspícios da Presidência Austríaca da União Europeia e o apoio da Comissão Europeia, do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões. O Encontro foi organizado com a colaboração da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) que ajudou o comité organizador na definição dos conteúdos, das metodologias e de toda a logística inerente a este evento.

Neste Encontro estiveram presentes mais de 200 pessoas. Entre os participantes encontravam-se as delegações de pessoas que vivem em situação de pobreza de 23 países europeus (21 Estados Membros, a Bulgária e a Noruega), numerosos representantes do Comité Económico e Social (CES), membros do Comité do Programa de Exclusão Social, representantes da Comissão Europeia, do Comité das Regiões, da EAPN e de outras ONG's europeias.

A organização do Encontro teve o apoio de uma comissão organizadora composta por representantes do Ministério Federal Austríaco da Segurança Social, das Gerações e da Protecção do Consumidor, da Comissão Europeia, do Ministério Federal Alemão do Emprego e dos Assuntos Sociais, do Ministério Belga da Integração Social, da EAPN, da ATD Quart-Monde, da FEANTSA, do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões.

Apesar do evento ter tido a duração de dois dias, este foi na realidade, o culminar de um enorme trabalho desenvolvido ao longo de vários meses. A maior parte das delegações nacionais das pessoas que vivem em situação de pobreza levaram a cabo um processo preparatório detalhado e elaboraram um relatório preliminar à sua participação no 5º Encontro. Isto permitiu que os delegados viessem para o Encontro com uma boa preparação e com informação importante para partilhar durante os momentos de discussão dos diversos *workshops*. Este nível de preparação contribuiu amplamente para o sucesso do evento. Em muitos países a preparação foi nitidamente melhor que nos anos precedentes. A este respeito, salientamos que em muitos países, seguindo as recomendações do Encontro anterior, organizado pela Presidência Luxemburguesa, a preparação foi financeiramente apoiada por autoridades nacionais ou regionais. Este financiamento permitiu designar coordenadores em cada país que ajudaram os comités organizadores nacionais a planificar o Encontro e contribuíram para garantir a preparação dos delegados. Este relatório tem por base os relatórios preliminares assim como os debates que tiveram lugar durante o 5º Encontro.

Adicionalmente aos relatórios preparados pelas delegações, um outro elemento importante foi a preparação por parte dos participantes de *posters* ilustrando os diversos aspectos de como enfrentar o dia-a-dia. Estes foram apresentados em diversos momentos do Encontro

e promoveram largamente os debates. (Os *posters* podem ser vistos em www.eapn.org ou em www.bmsg.gv.at)

O Encontro foi estruturado de maneira a garantir um elevado nível de participação por parte de todos os delegados. Após uma sessão de abertura de acolhimento aos delegados, onde discursaram representantes da Presidência Austríaca, do Comité Económico e Social, do Comité das Regiões e um participante do 4º Encontro Europeu realizado em 2005, e de uma primeira apresentação de alguns *posters*, a ênfase foi colocada nas 4 sessões de *workshops*. Os delegados mantiveram-se no mesmo *workshop* até ao final do Encontro. Seguiu-se depois uma segunda série de *posters* e uma sessão plenária na qual foi feita uma síntese dos principais pontos abordados nos diferentes *workshops*. Seguidamente, um painel respondeu ao conjunto de questões referenciadas nos *workshops*. O painel era composto por representantes da Comissão Europeia, do Comité Económico e Social, do Comité de Protecção Social e da EAPN. A sessão de encerramento estava a cargo da Presidência Austríaca da UE, da futura Presidência Alemã e da EAPN.

SESSÃO DE ABERTURA

Ursula HAUBNER

Ministra Federal da Segurança Social, das Gerações e da Protecção dos Consumidores, Áustria – Presidência Austríaca da União Europeia

Lenia SAMUEL

Comissão Europeia, Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades

Luca JAHIER

Comité Económico e Social

Harry DIJKSMA

Comité das Regiões

Paul ROSIERS

Participante do 4º Encontro Europeu das Pessoas que vivem em Situação da Pobreza, Delegação Belga

Presidência Austríaca

Na sua alocução de abertura, **Ursula Haubner**, Ministra Federal Austríaca da Segurança Social, das Gerações e da Protecção do Consumidor e representante da actual Presidência do Conselho de Ministros da União Europeia, deu as boas vindas aos participantes, agradecendo a todos os que colaboraram na organização do evento, em particular à Comissão Europeia, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e à EAPN. A Ministra salientou o excelente trabalho preparatório empreendido pelos delegados, nomeadamente na Áustria onde foi organizada uma reunião sobre o tema “ser visível”, onde compareceram numerosas pessoas que vivem em situação de pobreza. Este momento constituiu uma excelente preparação onde foram recolhidos diversos testemunhos. Úrsula Haubner referiu ainda que caberia aos participantes do Encontro que Vivem em Situação de Pobreza explicar aos decisores políticos presentes o que é a pobreza, e como é a experiência de ter que a enfrentar no dia-a-dia. O desafio para os decisores políticos será escutar e respeitar a dignidade de todo o ser humano; desafio que é constante para que os direitos humanos sejam respeitados e para que seja garantido a todos os cidadãos uma vida digna, o *empowerment* necessário ao controle das suas vidas. A pobreza é uma realidade multifacetada. Para a compreenderem melhor, os decisores políticos necessitam de saber como é realmente a experiência diária de viver na pobreza.

A ministra reconheceu que há, naturalmente, grandes diferenças entre e no seio dos Estados Membros. Os contextos e o meio envolvente são muito diversos. Por exemplo, a

parte do PIB afectada aos sistemas de protecção social pode variar consideravelmente de um Estado Membro para outro, podendo ir dos 13.4% em alguns países para mais de 30% em outros. Existem enormes discrepâncias ao nível da protecção social e estas situações contrastantes têm um impacto no dia a dia das pessoas que vivem na pobreza. Existem igualmente factores de pobreza específicos a cada país assim como diferenças entre os grupos mais particularmente afectados, como por exemplo os desempregados, os *working poor*, os imigrantes, as pessoas com deficiência e as famílias monoparentais. Úrsula Haubner manifestou a esperança que o tema da conferência, “*Como enfrentamos o dia-a-dia?*” produziria resultados tanto a nível nacional como europeu.

Recordou também que o Conselho Europeu tinha adoptado novos objectivos e métodos de trabalho comuns para a protecção social e a inclusão social e que tinha confirmado que as medidas deveriam ser tomadas para produzirem um impacto decisivo na redução da pobreza e da exclusão social até 2010. É muito importante que o crescimento e o emprego sejam discutidos ao nível da UE mas é igualmente importante lembrar que não há crescimento sem progresso social. É, por esta razão, que a dimensão social tem que ser tida em conta. Prosseguiu, sublinhando que os novos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão deverão estar finalizados em meados de Setembro e que é chegado o momento de passar das palavras aos actos. A Ministra deu a conhecer que na semana anterior tinha havido uma reunião preparatória, na Áustria, para discutir a elaboração do Plano de Acção Nacional e que esta tinha demonstrado o quanto é importante envolver todas as partes interessadas de todas as esferas – desde as autarquias às regiões, das ONG’s aos actores da sociedade civil, até às próprias pessoas em situação da pobreza.

Ursula Haubner concluiu, lembrando que temos que fazer o que quer que seja possível para eliminarmos a exclusão, para nos vermos livres da pobreza, para nos certificarmos que as pessoas são integradas na sociedade e no mercado de trabalho. É por isto que devemos bater-nos por uma sociedade europeia inclusiva.

Comissão Europeia

Após ter dado as boas-vindas aos delegados em nome da Comissão Europeia, Lenia Samuel, adjunta do Director-geral para o Emprego, os Assuntos Sociais e a Igualdade de Oportunidades, recordou as mensagens emanadas dos anteriores Encontros das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza e dos progressos alcançados desde o primeiro Encontro, organizado pela Presidência Belga, em 2001. A primeira mensagem que salientou, é que as pessoas que vivem na pobreza têm o direito a serem ouvidas. O Encontro de 2001 terá, neste ponto de vista, sido um grande passo no que se refere ao “dar voz” às pessoas que vivem em situação de pobreza, a nível Europeu.

Decorridos cinco anos, este direito a serem ouvidas foi reconhecido. É agora evidente que os decisores políticos não podem desenvolver medidas eficazes se não compreenderem o que é ser pobre e só as pessoas que vivenciam a pobreza lhes podem mostrar como é esta realidade. Em segundo lugar, Lenia Samuel sublinhou que, ao longo dos últimos cinco anos,

os Encontros tiveram um efeito catalizador para todos os que neles participaram, reflectindo sobre as melhores formas de garantir a participação formal das pessoas em situação de pobreza e de exclusão social nos processos de elaboração das políticas. O Encontro do ano passado conduziu ao estabelecimento de um diálogo entre, por um lado, daqueles que representam os 68 milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão social na UE e, por outro lado, dos intervenientes chave provenientes das instâncias oficiais e dos processos de tomada de decisão que participaram activamente nos debates e contribuíram para a definição de políticas nacionais. Em terceiro lugar, os Encontros confirmaram a complexidade e a diversidade das causas da pobreza. A pobreza e a exclusão social não são apenas questões de rendimento, apesar deste ser muito importante. Mas, trata-se igualmente de uma questão de educação e de formação, de habitação, de cuidados de saúde, de acesso aos serviços sociais e financeiros, e mais genericamente, de integração. A voz e as preocupações de todos os grupos em situação de pobreza devem ser ouvidas em todos estes aspectos e as respostas dos decisores políticos devem responder a esta natureza multifacetada da pobreza. Lenia Samuel acrescentou que o desafio de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social até 2010 envolve muito mais do que uma melhoria dos apoios públicos acessíveis às pessoas que vivem na pobreza. Trata-se, na realidade, de combater as causas da exclusão social na Europa e de fazer um verdadeiro esforço para as fazer desaparecer.

A representante da Comissão reconheceu que os Estados Membros fizeram grandes esforços para envolver as ONG's, os parceiros sociais e as autoridades locais e regionais, e que este mérito lhes deve ser reconhecido. Mas até à data, apesar das pessoas que vivem em situação de pobreza serem actores chave, o nível de sua participação na elaboração de estratégias nacionais de luta contra a pobreza e a exclusão social continua a ser baixo.

Lenia Samuel continuou a sua intervenção, salientando, como já o tinha feito Ursula Haubner, que o 5º Encontro decorria num momento crucial, seguindo a forte declaração do Conselho Europeu da Primavera, que veio confirmar que a promoção da inclusão social é um objectivo chave da União e uma parte essencial da Parceria para o Crescimento e o Emprego. O Conselho aprovou ainda os novos objectivos e os mecanismos de trabalho simplificados para o Método Aberto de Coordenação racionalizado aplicado à protecção social e à inclusão social. Assinalou ainda que a Comissão Europeia pretende acompanhar de perto a forma como os Estados Membros envolveram todas os actores chave na preparação dos próximos PNAI's, previstos para Setembro de 2006.

Lenia Samuel sublinhou igualmente a importância da troca contínua de aprendizagem e de boas práticas. Disse ainda que quando o Novo Programa de Acção Comunitário – PROGRESS – for lançado, em 2007, será muito importante que este possa agregar a experiência e o conhecimento acumulado que o Programa de Acção Comunitário sobre a Exclusão Social adquiriu ao longo dos últimos quatro anos. Isto incluirá a aprendizagem relativa às modalidades de inclusão das pessoas que “sentem na pele” as consequências dramáticas da pobreza e da exclusão social.

Em seguida, Lenia Samuel citou duas iniciativas recentes que, na sua perspectiva, terão um impacto no dia-a-dia dos cidadãos europeus. A primeira é uma comunicação emitida pela Comissão, realizada a partir de uma consulta sobre o que a União europeia deveria fazer para ajudar as pessoas que se encontram mais afastadas do mercado de trabalho no sentido de encontrarem um emprego e/ou apoiar as pessoas para as quais o emprego não é uma opção viável. Debruça-se em particular sobre os regimes de rendimento mínimo. Ao lançar esta consulta, a Comissão pretendia recolher ideias e sugestões sobre a forma como as políticas de assistência social e de emprego podem ajudar as pessoas aptas para o trabalho a encontrarem um emprego digno, proporcionando ainda um padrão de vida decente àqueles que permanecem fora do mercado de trabalho. A segunda iniciativa mencionada foi a Comunicação da Comissão sobre os serviços sociais de interesse geral na União Europeia. É importante que os prestadores de serviços sociais e as administrações nacionais tenham a clareza necessária sobre como a estrutura legal europeia se aplica ao seu contexto, de forma a poderem realizar as suas tarefas eficazmente.

Finalmente, recordou que 2007 será o Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos. A discriminação pode, muitas vezes, conduzir, ou juntar-se, à pobreza e à exclusão social. Assim, ao longo do próximo ano, a Comissão tentará reforçar os laços entre a política de luta contra a discriminação e a política de inclusão social, de forma a garantir que os grupos mais desfavorecidos beneficiam destes esforços.

“O respeito pela dignidade dos seres humanos é um dever que os decisores políticos deveriam ter presente de forma a elaborarem políticas adequadas. Não se trata de caridade nem de solidariedade, mas acima de tudo, zelar para que cada um possa exercer os seus direitos, possa ter uma vida digna e cada um conduzir autonomamente a sua vida”. Ursula Haubner, Ministra Federal Austríaca para Segurança Social, as Gerações e a Protecção do Consumidor e Presidente do Conselho de Ministros da UE.

Mesmo o decisor político melhor intencionado e melhor informado, não pode alegar ser capaz de desenvolver políticas, programas e práticas de luta contra a pobreza e a exclusão social, se não compreender o que é, e como é ser pobre. E as únicas pessoas que lho podem dizer são os que vivem nessa situação”. Lenia Samuel, Comissão Europeia.

“... não paramos de dizer que as políticas do crescimento e emprego devem de estar ao serviço da coesão social. As políticas sociais não devem ser consideradas como um custo passivo mas sim como um investimento produtivo, a longo prazo, no capital social e humano da União Europeia”. Luca Jahier, Comité Económico e Social.

“Todos aqueles que enfrentam a pobreza no seu dia-a-dia, sabem o quanto são frequentes as situações de humilhação, falta do respeito, desprezo. É como se tivéssemos menos valor do que os outros. Mas devemos seguir em frente, não nos podemos resignar à nossa própria situação; devemos encontrar o nosso lugar na sociedade”. Paul Rosiers, representante do 4º Encontro Europeu das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza.

Comité Económico e Social

Luca Jahier, Vice-presidente do Comité Económico e Social saudou os delegados, em nome do Presidente do Comité, reafirmando que as suas opiniões são importantes para toda a sociedade. Sublinhou que o tema do encontro – *Como enfrenta o dia-a-dia?* - não é apenas do interesse das pessoas que vivenciam situações de pobreza mas é igualmente uma das principais preocupações que sustentam o medo e a incerteza de numerosas famílias europeias face ao futuro. Uma sondagem recente sobre o futuro de Europa, levada a cabo pelo *Eurobarómetro*, mostra muito claramente que os cidadãos dos 25 Estados Membros partilham um conjunto de preocupações: o luta contra o desemprego, a luta contra os efeitos do globalização e a protecção dos direitos sociais adquiridos. Estas criam um sentimento crescente de medo e levantam algumas questões concretas, nomeadamente como construir uma Europa mais ampla e melhor. Cerca de 32% das pessoas inquiridas responderam que a melhor maneira de construir uma verdadeira cidadania europeia seria a harmonização dos sistemas de protecção social. Para Luca Jahier as diversas instituições europeias retiram cada vez mais lições destes relatórios, e é sobretudo por este tema que deverá passar o relançamento do projecto europeu, após o duro golpe no processo de ratificação da Constituição.

Continuou a sua intervenção, reforçando o significado dos resultados da Cimeira da Primavera de 2006. Após um longo período de desequilíbrio entre as diferentes políticas europeias, as conclusões do Conselho Europeu reiteraram a importância da política social e da luta contra a pobreza e a exclusão social, em particular. L. Jahier dedicou ainda especial atenção ao parágrafo 69 das Conclusões do Conselho e ao objectivo de produzir um impacto decisivo na redução da pobreza e da exclusão social até 2010.

Lembrou em seguida que a maioria das áreas políticas chave que afectam a pobreza e a exclusão social continuam a ser da competência dos Estados de Membros. Assim o Método Aberto da Coordenação em matéria de inclusão social é um processo empreendido conforme a vontade de cada país. Entretanto, cinco anos após ter sido implementado, os resultados permanecem muito aquém do que se esperava. Se a pobreza absoluta diminuiu desde 1970, as desigualdades por sua vez acentuaram-se, sobretudo nas zonas mediterrânicas e anglo-saxónicas. Segundo o *Eurostat* há ainda 72 milhões de pessoas, ou seja 16% da população europeia, que vivem em situação de pobreza. A percentagem sobe para 19% em Itália, Espanha e Portugal e 21% na Irlanda, na Grécia e na República da

Eslováquia. Os 20% dos europeus mais ricos têm quase cinco vezes mais do que os 20% mais pobres. L. Jahier analisou, sem seguida, uma série de dados que ilustram más condições de trabalho e baixas remunerações e mostram que há muitas pessoas que trabalham e vivem na pobreza, que têm empregos precários com salários inferiores ao limiar da pobreza. Podemos considerar que cerca de um quarto dos europeus assalariados têm empregos precários ou de fraca qualidade.

Luca Jahier lembrou que para o Comité Económico e Social, as políticas do crescimento e do emprego devem estar ao serviço da coesão social e que as políticas sociais devem ser vistas como um investimento produtivo no capital social e humano da União Europeia. É assim necessário dar corpo ao Modelo Social Europeu. Informou ainda os delegados que a Comissão para o Emprego e os Assuntos Sociais do Parlamento Europeu pretende propor uma resolução sobre o futuro do Modelo Social Europeu, em Setembro, e que o seu trabalho no 5º Encontro poderia influenciar a sua preparação. Concluiu dizendo que por forma a restaurar a confiança dos cidadãos e para fazer com que a Europa saia do impasse dos últimos anos, teremos que ter a capacidade de dar algumas respostas concretas e eficazes aos desafios sociais.

Comité das Regiões

Harry Dijkma, representando o Comité das Regiões, deu as boas-vindas aos delegados. Prosseguiu, sublinhando o papel desempenhado pelo Comité, enquanto órgão consultivo que representa as autoridades locais e regionais e como plataforma onde todas as cidades e regiões se podem encontrar e gerar projectos e ideias. Os membros do Comité interessam-se por diferentes problemáticas sociais ao nível local e regional, nomeadamente a luta contra a pobreza e a melhoria das condições de vida das pessoas em situação de desfavorecimento.

Continuou reforçando que não há soluções fáceis para o problema da pobreza e da exclusão social. A situação varia de país para país, de região para região, mas também de família para família e de pessoa para pessoa. Assim, é necessário encontrar soluções diferentes dependendo dos casos. O valor acrescentado das autoridades locais e regionais no que diz respeito ao combate à pobreza reside no facto destas poderem fornecer uma estrutura sólida e uma definição muito concreta das responsabilidades de todos os actores envolvidos. O governo pode ajudar mas não pode julgar sempre a situação em nome do cidadão. Assim, os poderes públicos devem, conseqüentemente, abster-se de interferir na vida de qualquer pessoa, mesmo que seja pobre. Harry Dijkma advertiu contra soluções fáceis ou demasiado rápidas. Entretanto, valendo-se dos seus 23 anos de experiência como banqueiro, reforçou que em situações de débito é muito importante uma intervenção precoce para ajudar as pessoas. Finalmente, sublinhou a importância da troca de informação e de boas práticas no domínio da luta contra a pobreza, garantindo aos delegados que o Comité das Regiões contribuirá tanto quanto possível para o debate europeu sobre a pobreza.

Representante do 4º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza

Paul Rosiers que participou no 4º Encontro Europeu, em 2004, lembrou aos delegados alguns dos principais resultados desse Encontro. Explicou que o evento se tinha centrado na imagem da pobreza – as percepções que as pessoas tinham daqueles que viviam em situação de pobreza, como é que elas gostariam de ser vistas. A conclusão foi que há ainda muito a fazer para melhorar esta imagem. Prosseguiu comentando os números referidos por L. Jahier, dizendo que é inaceitável que os dados da pobreza sejam tão elevados numa região do globo tão rica como a União Europeia.

Continuou a sua intervenção referindo que os delegados deste 5º Encontro receberam um relatório das actividades organizadas após o 4º Encontro. Isto permitiu-lhes tomar consciência do facto que, mesmo que tenha havido progresso e que tenham sido dados pequenos passos, por vezes, extraordinários, há ainda muito a fazer. Acrescentou ainda que os dois dias que se iriam seguir, constituiriam mais uma oportunidade para falar e debater com os representantes dos vários países. Mas apesar de dois dias não serem suficientes, estes permitirão avançar um pouco mais neste processo.

Depois do 4º Encontro, os delegados que nele participaram foram incentivados a prosseguir o trabalho iniciado. Também será essencial que os participantes deste 5º Encontro dêem continuidade ao trabalho aqui desenvolvido e que traduzam o que for dito em acções concretas. Mas para tal, é necessário que as pessoas em situação de pobreza recebam apoio dos políticos. Esta é a razão pela qual, estes deverão escutar activamente os delegados. As observações que faremos e as conclusões que iremos alcançar deverão ser tomadas em conta por nós próprios, pelos políticos e pelos responsáveis pela concepção das políticas.

Para P. Rosiers, o tema deste ano – *Como enfrentamos o dia-a-dia?* – é muito importante para as pessoas que vivem em situação de pobreza. Remete-nos para a luta diária pela sobrevivência. É verdade que os resultados dos numerosos questionários sobre pobreza realizados por toda a União Europeia obtiveram resultados bastante diferentes de um Estado Membro para outro, sendo difícil ter uma visão de conjunto sobre a pobreza. Esta é uma das razões porque a imagem das pessoas que vivem na pobreza é por vezes, tão negativa. Falamos frequentemente sobre a pobreza em termos de *plafon*, o limiar que calculamos em função do rendimento, mas para P. Rosiers é igualmente importante saber o que podemos fazer com o rendimento de que dispomos. É por isso que os delegados abordaram esta questão específica no âmbito da preparação para o 5º Encontro – foi-lhes perguntado quanto precisam de despende para terem uma habitação condigna, para encontrarem uma casa, quanto dinheiro precisam para comer. Não devem ser apenas os investigadores a analisarem estas questões. As sondagens são úteis, mas não são suficientes para darem respostas. P. Rosiers espera que durante os próximos dias de debate seja possível contribuir com algumas pequenas soluções. É um primeiro passo que será seguido de muitos outros, quando os delegados prepararem o 6º Encontro. O objectivo

é sempre o mesmo: dar uma imagem mais positiva da pobreza, o que ela representa para nós e como é que lhe fazemos face no dia-a-dia.

P. Rosiers reforçou, em seguida, o facto de ser muito importante contribuir com soluções neste momento, uma vez que está em discussão a nível europeu a questão do rendimento mínimo. As pessoas que vivem em situação de pobreza querem ser ouvidas e participar neste debate. Queremos salientar que a pobreza não é apenas uma questão de dinheiro, mas também com as condições de vida e de trabalho. Todos os cidadãos têm o direito a uma vida melhor. Os delegados neste Encontro devem alimentar este debate.

Enfatizou também que o 5º Encontro tem lugar num momento importante, uma vez que os novos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão deverão estar prontos em Setembro. P. Rosiers espera que os momentos de debate do Encontro ajudem a delinear certas prioridades para os novos PNAI's e que as prioridades debatidas pelos delegados sejam convergentemente contempladas – *mainstreamed* – nos Planos. Estes Planos serão meros exercícios teóricos se não tiverem em conta a realidade das vidas das pessoas que vivem em situação de pobreza. Como tal, espera que os novos PNAI's se tornem um motor de maior inclusão social a nível europeu. Isto é indispensável para que se produza um impacto decisivo na erradicação da pobreza até 2010, um dos objectivos mais importantes da União Europeia, definido no Conselho Europeu de Nice, em 2000.

MENSAGENS DOS WORKSHOPS

1. A importância da Participação

Se quisermos resumir numa frase os debates realizados nos oito *workshops*, uma mensagem sobressairia: é essencial envolver as pessoas que vivem em situação de pobreza nas decisões que afectam as suas vidas. Dois argumentos chave foram invocados para sustentar este ponto de vista. Em primeiro lugar, porque as pessoas que vivenciam a pobreza têm o direito de ser ouvidas e as suas opiniões serem consideradas. Como disse um delegado “nós queremos ser respeitados”. Em segundo, lugar, as pessoas que vivem na pobreza são *experts* das suas próprias vidas. A sua participação constitui a única maneira de garantir políticas eficazes para prevenir e erradicar a pobreza e a exclusão social. A conclusão que pode ser retirada é que os decisores políticos devem saber ouvir e envolverem-se num diálogo político frutífero aos diversos níveis – europeu, nacional e local.

Os delegados têm consciência que chegar a uma participação e envolvimento efectivo é uma tarefa difícil. Para que a verdadeira participação possa ter lugar, os sistemas e os serviços devem ser abertos e transparentes. Isto significa que as pessoas que vivem em situação de pobreza necessitam de “ensinar” os governantes como colaborar com eles e explicar continuamente como é a realidade de viver na pobreza. Ou, como se concluiu num *workshop*, isto significa “reconciliar dois mundos tão diferentes como o da governação e o das pessoas em situação de pobreza”.

De qualquer modo, multiplicam-se os exemplos de boas práticas para promover a participação. Na Bélgica, por exemplo, foi iniciado um projecto que permite às pessoas que vivem em situação de pobreza trabalhar em diversos organismos governamentais para aumentar o acesso aos serviços por parte dos grupos que se encontram em situação desfavorecida. Começam por receber uma formação especial de modo a que possam utilizar a sua experiência da pobreza de forma profissional. Em Portugal tiveram lugar 3 encontros regionais de pessoas em situação de pobreza (beneficiários e/ou ex-beneficiários do RMG). Na Áustria, o Ministério da Segurança Social, das Gerações e da Protecção do Consumidor começou este ano a organizar, em colaboração com a EAPN Áustria (Armuskonferenz), reuniões “Sichtbar Werden!” (“Ser visível!”). Na Irlanda, existe um projecto que promove a cidadania activa, incentivando as pessoas que vivem em situação de pobreza a votar. Em França, a região de Champagne-Ardenne apoiou a preparação para os Encontros Europeus das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza. Bordéus tem uma iniciativa de integração através do emprego. A UNIOPPS (confederação de associações de âmbito social) criou um grupo de trabalho para a participação no sector da saúde que permite que as pessoas em situação de pobreza se encontrem com os profissionais da saúde. Os municípios de Santa Lucia (Gran Canaria) e Córdoba, em Espanha, desenvolveram algumas práticas no domínio dos orçamentos participativos.

Foram avançadas numerosas sugestões com vista a aumentar a participação. Foi notória a insistência sobre a importância dos recursos de forma a permitir a participação na elaboração das políticas (recursos monetários, tempo, equipamento e software). Portugal foi citado como um exemplo de boas práticas a este nível, uma vez que permitiu a participação, garantindo o financiamento para que as pessoas em situação de pobreza pudessem estar presentes nos últimos quatro Encontros. Uma outra sugestão prática consistiria num acordo sobre um conjunto de indicadores que poderiam ser utilizados para monitorizar e medir os progressos alcançados em cada Estado Membro, ao nível da participação. Foi proposto que a EAPN poderia coordenar este processo.

Foi também sublinhado que a participação deve ser regular, ter um estatuto e uma estrutura formal. Por exemplo, os Encontros Europeus de pessoas que vivem em situação de pobreza deveriam ser formalmente reconhecidos, devendo ser organizados regularmente, independentemente da boa vontade ou da empatia da Presidência da EU para com esta causa.

1.2. A realidade da pobreza e da exclusão social

Enfrentar a pobreza é uma luta quotidiana

Fazer face à pobreza não é fácil. É um combate pela vida e pela sobrevivência, apesar de um bom sistema universal de bem-estar social ser uma boa ajuda. Segundo os participantes, existem várias razões que podem explicar porque é tão duro enfrentar o dia-a-dia:

O *isolamento*: quando se vive na pobreza, encontramos-nos muitas vezes isolados, afastados dos amigos e da família. Isto pode acontecer porque vivemos numa zona rural isolada ou num *ghetto* urbano separado do resto do mundo. As elevadas taxas de criminalidade e de vandalismo nos bairros mais degradados fazem por exemplo com que as pessoas se sintam inseguras para sair à noite tornando-se prisioneiras nas suas próprias casas. Os membros da família vivem muitas vezes longe uns dos outros. As pessoas vivem cada vez mais atrás da janela e a solidariedade entre vizinhos já não existe; nestas situações, um participante referiu que o facto de se pertencer a uma igreja poderá ser uma forma de poder confraternizar com outras pessoas e de participar em eventos sociais.

Perdi os meus amigos quando deixei de poder participar nas actividades em que eles participavam; mesmo para fazer parte de grupos de auto-ajuda é necessário tempo e dinheiro. Tenho falta de dinheiro e de tempo para participar em debates.

Não posso comprar um jornal ou livros, especialmente científicos, porque são muito caros.

As pessoas que vivem em situação de pobreza não têm acesso à informação

como as outras. Portanto... algumas pessoas, não sabem onde procurar ajuda. Outras nem sequer sabem que essa possibilidade existe.

Falta de informação: a falta de acesso à informação ou o não saber a quem se dirigir para pedir ajuda, limita o acesso ao apoio e aos serviços ou, como um delegado disse: "o sistema é demasiado complicado, não sei onde procurar o quê". Entretanto, há situações em que a informação é tanta, que é difícil seleccionar o que devemos reter. O crescente fosso digital deixa muitas pessoas fora de importantes fontes de informação.

Falta de acesso aos bens essenciais: as necessidades básicas como o acesso a uma habitação condigna, aos cuidados de saúde e à escola não são muitas vezes satisfeitas. Isto tanto pode ser causa como consequência da pobreza e da exclusão social. Viver numa casa insalubre ou em más condições significa, muitas vezes, viver num bairro degradado onde não são realizados quaisquer trabalhos de restauro ou manutenção, viver confrontados com proprietários sem escrúpulos, rendas elevadas, bairros sobrelotados, viver em condições prejudiciais para a saúde, que podem ainda ser agravadas com a presença de elevados níveis de substâncias perigosas como o amianto. Todos estes factores conduzem ao *stress* e à desagregação das famílias. As famílias são muitas vezes forçadas a mudarem-se do local onde vivem porque não possuem os meios que lhes permitam ficar. Mesmo quando existem apoios para a habitação, o sistema parece tão complicado e os serviços sociais tratam as pessoas de forma tão desprezível, indiferente e estigmatizante, que pouco adianta recorrer a eles. Os serviços públicos são considerados muito burocráticos, exigem a apresentação de demasiados documentos, o preenchimento de formulários complicados e acima de tudo, mostram uma enorme falta de coordenação.

Dormi em caixas de cartão. Tinha de escolher entre morrer na rua ou retomar nas mãos "as rédeas" da minha vida. Recorri aos serviços sociais para pedir ajuda a encontrar uma casa. Tive que enfrentar uma burocracia infundável. Tive que contar a minha história, repetidamente, e demorei vários anos até conseguir obter uma casa.

As nossas casas estão em muito mau estado, mas mesmo assim temos que pagar rendas caras e as contas de electricidade e de gás elevadas. Mas, quando precisamos que seja feita qualquer reparação, a Câmara não envia ninguém porque dizem que as nossas casas estão num estado de degradação tão avançado que se recusam a vir.

Em Espanha, os apartamentos para os turistas estão vazios durante a época baixa. Mas, por outro lado, há numerosos sem abrigo sem um tecto sob o qual possam viver. Como é que podemos explicar estas injustiças aos nossos filhos?

A minha TV está avariada, mas eu não tenho dinheiro para a mandar reparar.

Racismo e discriminação: o racismo e a discriminação acentuam o isolamento e o sentimento de exclusão e são causas da pobreza. A discriminação pode assumir diversas formas: violência e abuso, tratamento indelicado por parte dos serviços, falta de acesso à habitação e discriminação no emprego. Os requerentes de asilo, os imigrantes, os refugiados sentem muitas vezes “na pele” uma dupla discriminação: vêem muitas vezes o seu acesso ao emprego, aos serviços públicos e à habitação ainda mais dificultado pela discriminação de que são vítimas. Uma pele escura, um nome de pronúncia ou de sonorância estrangeira, são razões suficientes para que um senhorio lhes recuse um contrato de arrendamento.

Estou à procura de trabalho. Faço tudo o que está ao meu alcance para arranjar emprego... O que é que posso dizer? Eu quero trabalhar. Sou jovem. Quero trabalhar, mas tenho que enfrentar a pobreza todos os dias. Somos discriminados devido às nossas origens ciganas.

Utilizo a expressão “criança branca e/ou criança negra” porque é a forma como eles falam de nós ... Chamam-nos pessoas de cor escura mas nós fazemos parte da sociedade Checa. Nós nascemos neste país, foi aqui que frequentámos a escola.

Falta de recursos: muitas vezes, sobretudo, nos novos Estados Membros, a vida com um rendimento baixo é muito difícil, onde o dinheiro não chega para satisfazer as necessidades mais básicas. Isto é sobretudo verdade para determinados grupos como os ciganos e os imigrantes indocumentados. O preço de serviços básicos como a água, o aquecimento e a electricidade estão constantemente a aumentar. Quando se vive num país mais rico se calhar não se conhecem situações assim tão extremas, mas existem problemas como, por exemplo, a falta de uma qualidade de vida digna e a incapacidade de participar plenamente na sociedade, em actividades sociais e recreativas. Quando se é pobre não se tem recursos para comprar alimentos saudáveis, roupas novas, fazer férias, ir a um *pub*, ir ao cinema ou ao teatro, sair com os amigos, comprar medicamentos, ir ao dentista, etc.. Se não houver um supermercado perto de onde vivemos, temos que comprar nas pequenas lojas de comércio tradicional que são mais caras, tornando o custo de vida ainda mais elevado. Vivemos no “fio da navalha”. Qualquer tipo de imprevisto como uma doença de longa duração, um electrodoméstico que avaria ou a perda do emprego compromete imediatamente o orçamento familiar. Não temos reservas ou poupanças. Vivemos um dia de cada vez!

A falta de recursos suficientes pode dever-se ao facto de baixas prestações sociais ou à não elegibilidade para as receber (devido à idade, falta de documentos) ou então devido ao desemprego ou a empregos mal remunerados e precários. A falta de recursos pode levar ao endividamento e pode ainda conduzir a situações de exploração, ilegalidade ou mesmo à prostituição.

Eu só posso comprar comida barata; a fruta e os legumes para alimentar as crianças são demasiado caros; peixe... nem pensar! "Comida saudável" é demasiado cara para mim.

O problema não passa por vivermos mal e/ou com pouco dinheiro ocasionalmente. O verdadeiro problema é que vivemos a nossa vida inteira assim e os nossos filhos já crescem nesta pobreza também.

Cada vez que conto a minha vida aos funcionários dos serviços, todos demonstram muita pena, mas as normas travam uma ajuda efectiva.

Se não tivermos um rendimento ou um emprego, ou pelo menos um rendimento mínimo, não podemos pagar a renda.

Devido ao desemprego não podemos comprar nada bonito para a casa. Não podemos pedir à banca ou obter um empréstimo. Se estivermos registados como desempregados ninguém nos emprestará dinheiro.

Saúde débil: o stress originado pela pobreza e pela discriminação pode comprometer seriamente o estado de saúde física e mental. Para muitas pessoas indocumentadas, a situação é pior uma vez que não têm acesso aos serviços de saúde (excepto serviços de urgência). Em alguns países, os médicos e dentistas recusam-se a atender pessoas que não podem pagar os medicamentos; os custos da medicina e de outros produtos do sector da saúde são um problema para muitos. A discriminação no acesso aos serviços de saúde pode tornar-se igualmente num problema.

Impotentes: viver na pobreza é sentirmo-nos impotentes, é não termos escolha porque as decisões que afectam as nossas vidas nos passam ao lado. Sentimo-nos estigmatizados e culpados pela nossa situação. Há pouca esperança numa vida melhor. Não podemos mudar de casa porque é demasiado caro e implicaria contrair dívidas.

A forma como as pessoas nos olham é humilhante. Não somos considerados seres humanos.

Não vi qualquer progresso durante anos. Não tenho futuro.

Sinto-me um pouco como o D. Quixote. Estou a lutar contra moinhos de vento e já não tenho esperança.

O fosso aumenta

O fosso entre ricos e pobres está a aumentar. As diferenças no rendimento acentuam-se. Isto não é só porque o fosso entre as pessoas que trabalham e as que estão fora do mercado de trabalho está a alargar-se, mas deve-se também ao problema crescente das baixas remunerações que são insuficientes para tirarem as pessoas da pobreza. O fosso aumenta também em outros domínios. A vaga de privatização dos serviços públicos conduz a um aumento dos encargos que faz com que os que têm rendimentos baixos tenham menos condições para os pagar e, portanto, os utilizem menos. Muitas pessoas ganham “rios” de dinheiro a comprar e a vender casas, enquanto que outros não têm posses para ter uma casa a um preço razoável. Os salários mínimos são demasiado baixos para comprar uma casa e os despejos multiplicam-se porque as pessoas não podem pagar as rendas. A venda de habitação social reduziu as possibilidades para as pessoas que têm rendimentos baixos. O aumento das taxas dos serviços de saúde, medicamentos e cuidados de saúde oral, reduz o acesso para aqueles que têm menos possibilidades financeiras. A falta de transportes públicos a preços acessíveis traduz-se na redução da mobilidade dos mais pobres, e conseqüentemente, num menor nível de participação na sociedade. Os custos cada vez mais elevados das actividades sociais, culturais e desportivas são uma barreira suplementar à participação das pessoas em situação de pobreza.

Empregos cada vez mais precários e inadequados

Para muitos, o acesso a um emprego decente é muito restrito. O trabalho é frequentemente mal remunerado, precário e não é suficiente para tirar as pessoas da situação de pobreza em que se encontram. O acesso ao trabalho é ainda mais difícil devido à discriminação e ao racismo, sobretudo para as comunidades ciganas, requerentes de asilo, imigrantes indocumentados, mas também para outros grupos como mães solteiras (famílias monoparentais) ou pessoas com deficiência. Isto conduz à economia informal ou trabalho ilegal. As medidas de trabalho obrigatório e de redução das prestações – *workfare* – que não têm em conta a disponibilidade ou não, de empregos dignos, levam também à exploração e obrigam as pessoas a aceitarem empregos mal remunerados. Muitas vezes, estas medidas parecem esquecer que para certas pessoas, confrontadas com dificuldades específicas, um emprego não é uma opção realista. Muitas vezes não há empregos disponíveis em número suficiente e a procura de um trabalho não significa que seja fácil encontrar um. A deslocalização das empresas para os futuros Estados Membros e para outros locais onde a mão-de-obra é mais barata, está a criar novos riscos de desemprego e poderá ter igualmente impactos negativos sobre os padrões sociais nos países para onde estas empresas se deslocam.

Se digo que vivo em determinada rua, sou logo discriminado na procura de

emprego.

Não tenho emprego, nem casa. Como é que posso construir a minha vida se não tenho trabalho?

Tenho que admitir que trabalho ilegalmente, mas não por pensar que isto está certo. Tenho plena consciência das consequências disso, mas esta é a única forma de ter um emprego.

Receio pelos filhos

Muitos pais temem que as coisas que lhes faltaram na vida ao crescerem, estão agora também a faltar aos seus filhos. Não é apenas porque as crianças possam ter falta de bens essenciais ou terem um acesso inadequado aos serviços essenciais mas é, sobretudo, porque lhes falta a possibilidade de participar em actividades sociais, culturais e recreativas normais. Em muitos casos os pais privam-se de determinadas coisas para poderem alimentar e educar os seus filhos.

A UE tem que fazer alguma coisa pelas crianças. Que sentido tem a minha vida se não posso dar um futuro aos meus filhos?

As crianças em situação de pobreza constituem uma problemática muito importante; é disto que nós precisamos de falar... Não devemos permitir que vivam como nós vivemos, temos que fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que a sua vida seja mais fácil.

A pobreza na infância é discriminação.

Não posso convidar os amigos dos meus filhos porque a nossa casa é muito pequena. Por sua vez os meus filhos deixaram de ser convidados para irem a casa deles. Eles também são excluídos. Somos obrigados a viver uma vida escondida.

Os meus filhos não podem participar nas férias oferecidas pela escola para fazer ski ou aprender uma outra língua durante uma semana noutra país. A formação ao longo da vida não é possível porque não tenho meios. O mesmo se passa com as actividades culturais.

Os meus filhos serão herdeiros da minha pobreza.

1.3 O que é necessário para termos uma vida digna?

Estamos cansados de falar e de não vermos resultados. A esfera política deve envolver-se. Queremos ver progressos, queremos resultados e acções concretas. Queremos saber o que a UE faz para resolver o problema da pobreza. Estar aqui exige de nós um enorme esforço. Corremos riscos e portanto queremos ser levados a sério pelos políticos.

Devemos retomar a democracia nas nossas mãos. Devemos tomar consciência de que temos o direito de nos sentirmos revoltados e de que temos o direito a lutar contra a injustiça e a pobreza.

Direitos humanos e dignidade para todos

A condição fundamental a uma vida digna é o respeito pelos direitos humanos e pela dignidade de todas as pessoas, independentemente da origem étnica, religião ou estatuto legal. Cada pessoa e cada história devem contar. Os governos devem garantir os direitos sociais. As ONG's podem desempenhar um papel importante na provisão de serviços e oferta de oportunidades, mas cabe aos governos garantir a regulação e zelar pela implementação de políticas sociais adequadas.

Um rendimento mínimo adequado

Numa região do globo tão rica como a UE todo o cidadão deveria ter garantido o direito a um rendimento mínimo suficiente para pagar as suas despesas, especialmente a renda e os gastos do dia-a-dia, incluindo a compra de alimentos saudáveis e viver a vida com dignidade. Este deveria ser suficiente não apenas para cobrir as necessidades básicas mas também a participação na vida social e cultural e no desenvolvimento pessoal. Para tal, é necessário não apenas aumentar o acesso ao trabalho mas também uma distribuição mais justa dos recursos. Todos os Estados Membros deveriam ter um regime de rendimento mínimo e oferecer uma protecção àqueles que não podem trabalhar. O montante deveria ser adequado, ter em consideração as crescentes necessidades das crianças na fase de crescimento e os custos adicionais que têm que assumir determinadas pessoas, nomeadamente as que têm uma deficiência. Os jovens com menos de 25 anos não deveriam ser excluídos de ajuda. Prestações e salários mínimos deveriam estar ligados ao aumento do custo de vida (rendas e serviços públicos como a água, o gás e a electricidade).

Há muito dinheiro, mas é necessário distribuí-lo melhor.

Reforçar a legislação anti-discriminação

É essencial uma legislação forte em matéria de igualdade e de luta contra a discriminação, que seja rigorosamente aplicada e que garanta o direito ao trabalho e aos serviços para

todos, incluindo imigrantes indocumentados, as comunidades ciganas e as pessoas com deficiência. Isto necessita de ser apoiado pela solidariedade entre as pessoas que vivem em situação de pobreza para que se oponham ao racismo e ao extremismo político. Trata-se, com efeito, de contrariar as tentativas encetadas pelos partidos políticos de extrema-direita para colocar os diversos grupos que vivem na pobreza uns contra os outros, tornando-os inimigos. A este nível, temos o exemplo dos Países Baixos, onde um grupo de mulheres reúne mulheres de diversas culturas. Como explicou um delegado, “desta maneira aprendemos a conhecer diferentes culturas. Quanto melhor nos conhecermos, mais aprendemos a apreciar melhor cada um de nós”. Contudo, isto não é fácil; muitas mulheres não estão habituadas a pensar por elas próprias nem a expressar as suas opiniões, o que faz com que deixem de frequentar o grupo. Na Bélgica a lei contra o racismo (Loi Moreau) que coloca a exigência de provas do lado de quem discrimina, foi citada como uma evolução positiva. Na Hungria, a inclusão dos ciganos no PNAI, uma subvenção do Estado para apoiar a luta contra a discriminação, a criação por parte do governo de uma estrutura responsável para garantir os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade e o apoio jurídico para as vítimas da discriminação, foram algumas medidas positivas referidas.

Acesso a um emprego digno

O acesso a um emprego saudável e de qualidade é uma via privilegiada (para muitos, mas não para todos) para sair da pobreza e de (re)adquirirem uma cidadania activa. Para apoiar este acesso, é necessário estabelecer uma articulação entre as possibilidades de formação adequada, os serviços sociais de apoio e sistemas flexíveis de rendimento de apoio. Os empregadores que pagam a grupos marginalizados remunerações abaixo do salário mínimo deveriam ser levados a tribunal. Toda a formação deveria ter um diploma reconhecido para que represente uma oportunidade real para os adultos. A formação deve conduzir igualmente ao emprego, senão não passará de mais uma fonte de frustração. Na Polónia, as cooperativas sociais e os centros de formação apoiados pela Barka Foundation, que oferecem serviços de apoio e orientação, foram referidos como exemplos de boas práticas, ao ajudarem as pessoas a entrarem no mercado de trabalho. Um outro exemplo de boas práticas referido vem de Espanha, onde o secretariado de uma organização de ciganos dá formação a pessoas dos grupos alvo para que estas consigam chegar à inserção profissional. Em Espanha, os Centros Especiais para o Emprego, que recebem incentivos para empregarem pessoas, são considerados como uma abordagem interessante. Em Itália, uma iniciativa de trabalho comunitário desenvolvida no Bairro de Enzitetto, em Bari, que visa ajudar mulheres a autonomizarem-se através do desenvolvimento de ofertas de formação, de redes de apoio e grupos de auto-ajuda, permitiu a muitas delas tornarem-se independentes e encontrarem um emprego. Em Malta, existe um projecto promovido pela Fundação Richmond e a Sociedade de Emprego e Formação que visa proporcionar serviços de formação individualizados a pessoas com problemas mentais de forma a garantirem-lhe um emprego seguro.

A União Europeia e os governos devem também tomar medidas face ao problema da deslocalização das empresas para países onde as remunerações são mais baixas. A União Europeia não deveria permitir que empresas que beneficiaram de subvenções

Comunitárias, sejam deslocadas para outros países sobretudo para fora da Europa; uma vez que isto se verifica, a UE deveria exigir a reembolso dos subsídios concedidos.

O direito a um tecto

Uma habitação condigna e a um preço aceitável, constitui uma outra necessidade essencial. Isto pressupõe um aumento dos investimentos na construção de habitação social. Porém, é necessário dispersar as construções sociais para evitar que estas se aglutinem em *ghettos* ou em zonas onde ninguém quer viver. A concentração de habitação social pode causar estigmatização e reduzir as possibilidades das pessoas encontrarem emprego.

Os governos devem adoptar medidas para controlar as rendas e as ordens de despejo. Deveriam aplicar taxas à especulação que leva ao aumento do preço das casas e certificarem-se que as casas vazias estão disponíveis para quem delas precisa. Os maus proprietários deveriam ser levados a tribunal. As prestações sociais relativas à habitação que são demasiado baixas deveriam ser reajustadas a um nível realista, devendo ser disponibilizada ajuda para pessoas com rendimentos baixos, quando têm que pagar adiantados três meses de renda como garantia. Os serviços públicos de habitação deveriam agir de forma respeitosa para com aqueles que a eles recorrem. Os serviços sociais devem desenvolver uma acção preventiva para que os grupos vulneráveis (como as mulheres, os imigrantes e os jovens entre os 18-25 anos vindos de situações de institucionalização ou de famílias desestruturadas) não caiam em situação de sem-abrigo. Existe uma necessidade real de implementação de programas de mediação entre locatários e os grupos mais problemáticos a fim de facilitar o arrendamento.

O sistema belga de gabinetes de rendas sociais foi mencionado como um exemplo bem sucedido. As ONG's alugam casas no mercado privado, garantido ao senhorio o pagamento mensal da renda e a conservação da habitação. Estas casas são depois alugadas a determinados grupos que, de outra forma, nunca teriam acesso ao mercado privado de arrendamento. Em Espanha, existem experiências muito positivas de re-instalação em aldeias desertas; nestas pequenas aldeias, os novos habitantes criaram pequenas empresas bem sucedidas. Na Dinamarca, o Conselho dos Sem-Abrigo protege as pessoas a nível social oferecendo-lhes alimentação e alojamento em 52 albergues, ajudando-os ainda a lutar pelos seus direitos. Do Luxemburgo foi mencionada a existência de várias associações ligadas à habitação, nomeadamente a Housing Foundation. Em Malta, encontramos um regime de alojamento acompanhado para pessoas com problemas mentais. Este sistema oferece alojamento a pessoas que dependem de instituições de saúde mental, mas que não necessitam de estar hospitalizadas, ou ainda a pessoas com problemas mentais que vivem na comunidade evitando que tenham recaídas ou a necessidade de institucionalização.

Acesso aos serviços essenciais

Os serviços essenciais devem ser disponíveis localmente, adaptados e eficazes. Para evitar a estigmatização e garantirem normas de qualidade, deveriam ser universais e não dirigidos apenas a determinados grupos-alvo. Deveriam ainda ser menos burocráticos, melhor

coordenados e articulados e disponibilizarem informação de qualidade. Os prestadores de serviços, em particular as pessoas que trabalham em contacto directo com o público, devem respeitar os direitos das pessoas. Isto significa para os funcionários, receberem formação de forma a ultrapassarem preconceitos. Neste contexto, as pessoas que vivem em situação de exclusão poderão ser envolvidas.

Educação: a igualdade de oportunidades na educação é um trampolim para a vida e um acesso à aprendizagem ao longo da vida; o ensino superior deveria ser gratuito e a formação nas novas tecnologias de informação e comunicação é essencial para todos. Os sistemas educativos devem ser reforçados, devendo ser empreendidos esforços reais para envolver os pais. É necessário propor projectos aliciantes a mães adolescentes que abandonaram a escola (e que transmitem por consequência a sua pobreza aos filhos), de forma a evitar que não sejam marginalizadas e tenham a oportunidade de um futuro mais promissor. À semelhança do projecto belga, devem ser encetados esforços específicos para incentivar os pais a levarem os filhos à escola em vez de os levarem consigo para mendigarem. Uma outra boa prática mencionada pela Espanha, consiste em apoiar a educação média e superior dos jovens ciganos. A Fundação Secretariado Gitano (FSG) oferece ajuda económica a estudantes ciganos que se encontrem a frequentar os estudos médios ou superiores, e organiza reuniões entre estes estudantes, as famílias ciganas, os professores e os representantes da administração.

Cuidados de Saúde: O acesso aos serviços de saúde, incluindo odontologia, deve ser garantido para todos. É igualmente necessário reduzir as enormes disparidades que existem a este nível na União Europeia, nomeadamente através do estabelecimento de normas mínimas – *standards mínimos*. É absolutamente necessário pôr fim à discriminação de que são vítimas determinados grupos como os sem-abrigo, quando pretendem obter uma consulta médica. Por outro lado, deve haver um maior investimento na educação para a saúde, nas campanhas preventivas e no acesso a uma alimentação saudável. Os cuidados de saúde ao nível da medicina alternativa deveriam ser comparticipados de forma mais consistente por toda a UE. A Andaluzia é um exemplo de boas práticas, oferecendo diversos serviços gratuitos, nomeadamente consultas e tratamentos de odontologia para as crianças. É no entanto necessário alargar o número de serviços gratuitos.

Guarda de Crianças: O acesso aos serviços de guarda de crianças a preços razoáveis é importante para a participação na vida social e para permitir às pessoas acederem a um emprego. A frequência de jardins-de-infância e o ensino pré-escolar é igualmente importante para o desenvolvimento das crianças. A oferta de serviços de guarda de crianças gratuitos, na Suécia, foi identificada como uma boa prática. Uma outra boa prática identificada foi a Casas Nana em Córdova, Espanha, serviço recentemente criado pela Agência para a Igualdade e co-financiado pela autarquia, com o objectivo de oferecer apoio para as mães que não podem trabalhar ou obter formação porque têm crianças pequenas ao seu cuidado. Oferecendo-lhes a guarda de crianças a preços razoáveis, este serviço permite-lhes conciliar a vida familiar com a vida profissional.

Transportes: O acesso gratuito, ou a preços reduzidos, aos transportes públicos é essencial para evitar o isolamento social e manter o contacto com amigos e outras relações e para poder ter acesso a oportunidades de emprego. São necessárias iniciativas específicas em zonas rurais, mais votadas ao isolamento, de forma a garantir que as pessoas que vivem em zonas isoladas têm acesso aos transportes. Um regime rural de transportes na Irlanda e a gratuidade do transporte para pessoas idosas foram identificados com boas práticas. Em Espanha, na cidade de Vitória, a autarquia oferece um passe gratuito para pessoas necessitadas e dependentes dos apoios de uma ONG por mais de seis meses.

Serviços sociais: As famílias ou indivíduos que vivenciam situações de pobreza necessitam de ajuda. Neste ponto foi salientado o papel chave desempenhado quer pelos organismos estatais quer pelas ONG's do sector social. No entanto, em numerosos países, é necessário reforçar as redes de apoio. Os serviços sociais devem concentrar-se nas necessidades das pessoas e não apenas na oferta de soluções estandardizadas. A Robin Hood House na Noruega foi referida como um bom exemplo a seguir, assim como os centros sociais em Portugal.

Cultura, desporto e lazer: Uma vida digna pressupõe a existência de oportunidades para participar em actividades culturais, criativas, desportivas ou de lazer. Ainda se verifica com frequência o desrespeito para com a cultura das pessoas e não há apoio para a auto-expressão. Ter tempo livre e actividades de lazer gratuitas são direitos como qualquer direito fundamental. É necessário promover mais sessões de sensibilização para envolver as pessoas em actividades culturais e estas devem ser mais descentralizadas, não se concentrando só nos grandes centros urbanos. Os participantes exigiram igualmente o aumento do número e dos espaços públicos e de lazer nos bairros onde vivem, uma melhor manutenção e limpeza dos parques e das zonas verdes.

Os exemplos de boas práticas citados foram: o acesso a museus, bibliotecas e universidades, em França, o Kulturpass em Viena ou o Aktivpass em Linz que abrem as portas de certos teatros a pessoas em situação de pobreza. Na República Checa, um departamento da Universidade de Brno promove a educação das populações ciganas a todos os níveis, desde o básico até à universidade. Na Bélgica existe o *cheque cultura* oferecido pela Comunidade Francesa e pela Comunidade Francesa de Bruxelas, e alguns fundos atribuídos à participação cultural por parte da Comunidade Flamenga.

Acesso à informação

O acesso a informação pertinente e compreensível sobre os direitos, serviços e oportunidades, é vital para sobreviver e viver uma vida autónoma. Insistiu-se na importância das associações ao facultarem informação e um acesso à sociedade de informação. Os serviços públicos de informação podem também ser importantes e as bibliotecas digitais e os ciber-cafés desempenham um papel cada vez mais relevante no acesso à informação. Na era de informação é vital uma maior oferta de formação ao nível da utilização dos computadores, nomeadamente para as pessoas idosas.

Redes de apoio

As redes de apoio para uma família que vive na pobreza são muito importantes para ajudarem as pessoas a sair dessa situação. Estas redes de proximidade podem ser constituídas pelos pais, avós ou mesmos vizinhos. Estas relações funcionam a título solidário, baseadas na ajuda mútua, substituindo os serviços que as pessoas não podem pagar.

Já não saio de casa há três semanas porque a vizinha do lado está ausente por uns tempos e não tenho ninguém que me fique com os meus filhos. Tenho tido sorte. Esta senhora vive na casa do lado há trinta anos. O nosso relacionamento é mais próximo do que se fossemos família... Ela pergunta-me todos os dias se tenho que comer.

1.4. Reforçar o processo de Inclusão Social

Melhores PNAI's

Mais participação: A participação das pessoas que vivem em situação de pobreza e as ONG's que as representam na preparação, na implementação e monitorização dos novos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI's) deve ser alargada e aprofundada. É necessário ir mais além do que meros encontros públicos, chegar a um envolvimento real nas fases de elaboração e de negociação. Os PNAI's deveriam colocar maior ênfase no *empowerment* das pessoas para que estas possam ser "donas" das suas próprias vidas.

Foram citados numerosos exemplos positivos do envolvimento de ONG's na elaboração dos PNAI's, em vários países como: a Polónia, o Reino Unido e a Grécia. Foi sugerido que para aumentar a verdadeira participação, no futuro, deveriam ser organizadas formações sobre técnicas e metodologias de participação para os funcionários responsáveis pelo PNAI.

Planos mais dirigidos: Estes Planos são muitas vezes demasiado vagos e difíceis de compreender. Os próximos PNAI's deverão ser mais concretos, focalizados e contemplando compromissos específicos e portanto mais eficazes do que os anteriores. As pessoas necessitam de estar convencidas que estes Planos permitirão chegar a resultados concretos.

Mais compreensíveis: Deverão ser desenvolvidos mais esforços no futuro, de forma a tornar os Planos mais claros e compreensíveis para o cidadão comum. Deverão utilizar linguagem simples, sem termos técnicos – e serem impressos com letra maior para facilitar a leitura.

Todo o sistema: A preparação do PNAI deve envolver todo o sistema e as diferentes esferas políticas. Sobretudo, não é necessária uma abordagem que tenta colmatar as

emergências, mas sim um conjunto de políticas integradas, capaz de facilitar o acesso de cada indivíduo aos direitos e serviços.

Ir além da activação: Os PNAI's deveriam ter em conta o conjunto das condições essenciais a uma vida digna e não a concentrarem-se apenas em medidas de activação. O acesso à protecção social e a uma habitação condigna foram aspectos referidos como questões prioritárias.

Dar prioridade aos ciganos: Os PNAI's deveriam dar especial atenção à discriminação de que são vítimas as comunidades ciganas e ajudá-las na procura de emprego e de habitação condigna.

A prevenção é importante: Foi salientado que os PNAI's não deveriam interessar-se apenas pelas situações existentes mas sim, tentarem prevenir a chegada de novas formas de exclusão. Os PNAI's não deveriam ser um elemento caritativo ou uma parte residual do sistema de protecção social que repara os danos já causados mas sim os guardiães dos direitos de cidadania que garantem os direitos inalienáveis e a dignidade a todos os cidadãos. Em matéria de prevenção, é necessário dedicar uma atenção especial às novas formas de vulnerabilidade, como o facto dos jovens não conseguirem ter uma casa, famílias monoparentais, reformados, e evitar que as crianças com necessidades especiais cresçam na pobreza.

O impacto da privatização: Os PNAI's deveriam ter em conta o impacto da privatização de certos serviços públicos como a água, o gás e a electricidade.

Monitorização e avaliação: É necessária uma monitorização e avaliação constante do que foi realmente executado para que os PNAI's sejam reforçados. As pessoas em situação de pobreza devem ser envolvidas nesta monitorização e a EAPN deve implicá-las na elaboração das suas reacções aos PNAI's.

Integração transversal das políticas da UE – mainstreaming

Futuramente, os objectivos de inclusão social deveriam ser integrados em todos os domínios de elaboração das políticas da União Europeia. Isto aplica-se também à política económica e do emprego assim como à política cultural ou dos transportes.

Promover as trocas e as aprendizagens

As oportunidades de aprendizagem e troca de boas práticas são muito importantes. O processo europeu de inclusão social deve continuar a apoiar este tipo de intercâmbios. No decorrer dos *workshops* foram mencionados inúmeros exemplos de boas práticas, sendo alguns deles incluídos neste relatório. Dos *workshops* emergiram sugestões práticas do que procurar quando tentamos identificar exemplos de boas práticas. Os elementos essenciais de uma boa prática são:

- é apoiada numa lei bem escrita, durável, bem financiada e aplicada;

- promove uma boa parceria entre os actores e as ONG's;
- favorece a cultura da participação;
- promove a solidariedade entre as instituições envolvidas e as pessoas que vivem em situação de pobreza, a solidariedade entre a população no sentido lato e as pessoas em situação de pobreza e o reconhecimento que o meu bem-estar depende do teu bem-estar e vice-versa.

1.5 Títulos de Futuros Encontros

A palavra “pobreza” deve continuar a aparecer no título. Não podemos fazer desaparecer a pobreza sob o falso pretexto de termos vergonha. A pobreza é uma injustiça e há pessoas que a vivem diariamente. Mas a pobreza não é uma situação pela qual nos devemos sentir culpados.

Temos que dizer as coisas como elas são. Não vamos dar às pessoas ricas outro nome. Porquê embelezar o que é tão concreto e tão real no terreno?

Qualquer que seja o nome escolhido teremos sempre pessoas que vivem em situação de pobreza.

A pobreza é uma injustiça... é a maneira com a pobreza é entendida que determina se as pessoas se sentem estigmatizadas pela palavra “pobreza”.

Algumas pessoas acham que o título dos encontros - “*Encontros Europeus de Pessoas que vivem em Situação de Pobreza*” é estigmatizante e propuseram algumas alternativas. Contudo, a opinião predominante foi que é essencial manter a palavra “pobreza” no título, pois trata-se de uma palavra forte e sonante. É necessário tornar a pobreza visível na Europa. Alguns participantes insistiram para que os Encontros continuem a ser um ponto de encontro privilegiado entre os representantes das instituições europeias e as pessoas que vivem em situação de pobreza. Desde que o título evoque esta ideia, deverá ser mantido. Foi sugerido que talvez tenha chegado o momento, de ver os Encontros Europeus com um encontro de pessoas que tomam medidas e acções para erradicar a pobreza.

DEBATE COM O PAINEL

Jérôme VIGNON

Comissão Europeia, Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades

Nicole PRUD'HOMME

Comité Económico e Social

Elise WILLAME

Comité de Protecção Social

Letizia CESARINI SFORZA

Ex vice-presidente da European Anti-Poverty Network

Após a apresentação das principais conclusões dos *workshops* teve lugar um debate entre o painel e os delegados, tendo tido como ponto de partida oito questões identificadas no decorrer dos *workshops*. Estas questões foram colocadas ao painel por voluntários de cada um dos workshops. Outras questões, comentários e declarações foram ainda apresentadas pelos participantes.

Rendimento Mínimo

O que pode fazer a Comissão Europeia para incitar os Estados Membros que não possuem regimes de rendimento mínimo a adoptarem este sistema e os que já o têm, a melhorá-lo de forma a tornarem-se mais adequados? O que significa a “flexisegurança” e como é que pode ser reforçada nos países que não têm regimes de salário mínimo ou rendimento mínimo?

Antes de responder à questão, Jérôme Vignon disse estar impressionado pelos *posters* apresentados pelos delegados e pelos relatórios dos *workshops*. Declarou ainda que necessitava de algum tempo para “digerir” tudo o que tinha ouvido e presenciado.

No que se refere ao rendimento mínimo, explicou que a União Europeia e todas as suas instituições têm um instrumento nesta matéria, já que o Tratado Europeu prevê a possibilidade de votar as leis que garantem que um sistema de rendimento mínimo seja implementado para aqueles que se encontram mais afastados do mercado de trabalho de forma a satisfazerem as necessidades básicas. Em Fevereiro de 2006, a Comissão relançou uma iniciativa sobre a questão do rendimento mínimo que tem estado apático durante os últimos cinco anos. A primeira fase consiste num processo de consulta que conduzirá, provavelmente, a Comissão Europeia a tomar uma nova iniciativa neste domínio. J. Vignon sublinhou todavia, que este é um processo difícil e que é necessário promover um debate alargado antes que a Comissão possa elaborar uma proposta de legislação.

J. Vignon explicou ainda que no seu documento de consulta a Comissão pede a todos os Estados Membros, aos que já têm um regime de rendimento mínimo e os que ainda não o possuem, abordarem directamente a questão da implementação de um sistema de rendimento mínimo que responda às preocupações que têm vindo a ser expressadas. Este sistema deve obedecer à definição da Comissão que prevê três condições essenciais. Em primeiro lugar, os regimes de rendimento mínimo devem ser fixados a um nível suficientemente elevado para garantir uma vida digna e que responda aos direitos humanos. Deverão ser incondicionais. Um sistema de rendimento mínimo existe para garantir que os cidadãos possam ter uma vida decente. A segunda condição é que deve, imperativamente, ajudar as pessoas aptas para o trabalho a encontrarem um emprego. Assim, a provisão de um rendimento mínimo pode ser acompanhada por algumas medidas de activação que aumentem as possibilidades de cada pessoa encontrar um emprego decente. Em terceiro lugar, todo o sistema de rendimento mínimo deve fazer parte integrante de um sistema de serviços sociais eficaz que cubra o conjunto das áreas mencionadas nos relatórios dos *workshops*, nomeadamente a habitação, a saúde, os transportes, a aprendizagem ao longo da vida, a cultura e o desporto. Se queremos que as pessoas tenham uma vida digna e sejam cidadãos de pleno direito, que participem plenamente na sociedade e que tenham acesso aos serviços, a aplicação destes três princípios, inscritos no documento da Comissão, é indispensável.

No que diz respeito ao resultado da consulta em curso, J. Vignon pensa que se todos os actores chegarem à conclusão que as iniciativas verbais não são suficientes, que o Método Aberto de Coordenação aplicado à protecção social e à inclusão social não é suficiente para garantir um rendimento mínimo adequado para todos e que há a necessidade de estabelecer um requisito mínimo que todos os Estados Membros deveriam respeitar, então a Comissão preparará uma proposta de legislação. Isto acontecerá com base na cláusula H do Artigo 137 do Tratado. Uma decisão será então tomada pelos Estados Membros com base na maioria dos votos. Nestas condições, é possível que a União Europeia estabeleça a base legal para a justiça social e a redistribuição na UE.

J. Vignon prosseguiu prevenindo os delegados que tal situação poderá não ser do agrado de todos os Estados Membros. Muitos não são com efeito favoráveis a uma abordagem comunitária na matéria e outros têm insistido no princípio da subsidiariedade e sobre o facto de um sistema de rendimento mínimo dever partir de uma directiva nacional. Alguns países, que ainda não dispõem de um regime de rendimento mínimo, referiram igualmente que a introdução de tal sistema lhes parece demasiado oneroso. Certos Estados argumentaram que preferem afectar os seus escassos recursos a prioridades mais urgentes como é o caso da saúde e dos serviços sociais. J. Vignon adiantou que a isto a Comissão respondeu dizendo que a justiça social não é uma questão apenas da esfera social. A União Europeia tem já uma competência sobre os assuntos económicos e em relação aos orçamentos deficitários. Se a Comissão Europeia está no direito de exigir aos Estados Membros que respeitem certas regras orçamentais, porque é que não tem o direito de lhes exigir a provisão de um sistema também essencial, como o é um regime de rendimento mínimo, nos

seus debates orçamentais? Isto poderia tornar-se numa prioridade da agenda social e orçamental dos Estados Membros.

J. Vignon concluiu dizendo que a Comissão avançou com propostas razoáveis neste domínio, que estão em sintonia com algumas das questões debatidas ao longo do Encontro.

O PNAI

O que é que a Comissão e os Estados Membros podem fazer para aumentar a participação das pessoas em situação de pobreza na preparação dos PNAI's? Serão os futuros PNAI's suficientemente direccionados e eficazes para garantir que o objectivo geral de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social até 2010 seja alcançado?

Respondendo a esta questão, Elise Willame sublinhou que os novos Objectivos Comuns, como era o caso dos objectivos iniciais de Nice, enfatizam a importância da promoção da participação como factor essencial de uma maior inclusão social. Contudo, E. Willame reconhece que o nível de participação varia muito de um Estado Membro para outro. A participação de numerosos representantes dos Estados Membros no 5º Encontro testemunha a vontade de aumentar a participação das pessoas que vivem em situação de pobreza. No entanto, é um desafio ouvir as necessidades sentidas pelas pessoas que vivem na pobreza e de formular políticas que vão ao encontro destas necessidades. A participação não é uma “pêra doce”. Formar os funcionários públicos para escutarem as necessidades das pessoas em situação de pobreza e traduzi-las em políticas é algo que leva tempo. Neste contexto, deixou um aviso aos delegados para que não esperassem um nível máximo de participação nos próximos PNAI's, mas acrescentou que, pelo menos, estavam a avançar nessa direcção, que há progressos e que a capacidade de ouvir está a melhorar. Verificámos que há uma melhoria ao nível da resposta dos Estados Membros e dos governos relativamente às necessidades sentidas.

E. Willame prosseguiu lembrando que os governos foram convidados a serem mais concretos nos próximos PNAI's e acrescentou que, quanto mais elevado for o nível de participação mais probabilidades existem de as propostas avançadas serem concretas. Disse ainda que o Comité a que pertence pediu que estas propostas concretas sejam acompanhadas por indicadores e mecanismos de avaliação para que seja possível o acompanhamento e monitorização das mesmas. Terminou dizendo que uma melhor integração das políticas - *mainstreaming* – de inclusão social permitiria obter um maior progresso em todas as frentes.

Letizia Cesarini Sforza insistiu no facto que o momento de participar nos PNAI's é agora, pois será nos próximos dois meses que os encontros nacionais terão lugar. Letizia C. Sforza exortou os delegados a unirem esforços com outros actores, como os sindicatos, para os incitar a participar. Se queremos que nos levem a sério, é importante estarmos bem organizados, prepararmos e apresentarmos um *dossier* sólido às autoridades nacionais responsáveis pela preparação dos PNAI's.

Deslocalização

O que é que a Comissão Europeia pode fazer face à deslocalização das empresas para outros países, potenciais Estados Membros, quando na realidade isto leva à pobreza tanto nos actuais como nos futuros Estados Membros?

Nicole Prud'homme começou por dizer que esta é uma questão que preocupa o Comité Económico e Social (CES) que alertou já para os perigos que este fenómeno acarreta. A ligação entre desemprego e pobreza é evidente; o CES chamou a atenção para esta situação em numerosos ocasiões e avançou várias propostas para relançar o emprego e assim contribuir para a redução da pobreza.

Jérôme Vignon reconheceu que a questão dos empregos terem vindo a ser suprimidos em certos Estados Membros, sendo deslocalizados para outros Estados Membros ou países candidatos é de facto relevante mas está longe de ser simples. Contudo, a Comissão pode fazer algo. Em primeiro lugar, se a Comissão concedeu Fundos Sociais Europeus a uma empresa, para contribuir para o desenvolvimento da actividade económica de uma dada região e se esta empresa decide deslocar-se para outro local, a Comissão pode pedir o reembolso dos fundos concedidos. Isto pode funcionar como um desincentivo à deslocalização. Em Segundo lugar, nas Perspectivas Financeiras de 2007-2013 a Comissão Europeia afectou algum dinheiro para um "Fundo de Globalização" que pode ser utilizado no caso das pessoas ficarem sem emprego devido à deslocalização de uma empresa. A Europa dispõe portanto de um novo mecanismo que lhe permite dar apoio a zonas que sofram da deslocalização de empresas. Porém, J. Vignon referiu que a Comissão não pode travar a actual tendência para um mercado cada vez mais liberalizado e a livre circulação dos trabalhadores. Por outro lado, a Comissão pode agir através do Fundo Social Europeu. Pode ainda trabalhar no desenvolvimento da "flexissegurança" de forma a garantir que os cidadãos que perdem os seus postos de trabalho não caíam em situação de pobreza. No entanto, admitiu que estamos longe de atingir este objectivo. Assim, a Comissão pretende aumentar o nível de segurança, nomeadamente pelo aumento do rendimento mínimo e do salário mínimo, melhorando assim o apoio aos cidadãos. É hoje mais largamente reconhecido que num mundo onde a mobilidade do emprego é maior, é necessário oferecer aos trabalhadores um nível de segurança mais elevado. Isto tornou-se um objectivo prioritário da União Europeia e dos Ministros das Finanças e não apenas dos Ministros do Emprego.

Anti-discriminação e apoio às populações ciganas

Como podem ser reforçados os laços entre as políticas de inclusão social e as políticas de luta contra a discriminação, mais especificamente quando se trata da discriminação contra as populações ciganas, e como garantir a implementação destas políticas de luta contra a discriminação?

Antes do painel responder à questão, um delegado cigano da Republica Checa lembrou o que disse a este propósito no *workshop* em que participou. Evocou em particular a possibilidade de introdução de quotas de emprego para os ciganos nas esferas jurídica,

económica e social. Os ciganos poderiam assim mais facilmente dar a conhecer as suas opiniões sobre os problemas que os afectam e chegarem assim aos decisores políticos. Prosseguiu dizendo que em matéria de discriminação os estrategas políticos não deveriam ter em conta a cor da pele. Saliu ainda a importância dos ciganos serem envolvidos nos processos de tomada de decisão e a necessidade de isto acontecer com abertura para evitar qualquer risco de discriminação. Sugeriu que os ciganos poderiam utilizar câmaras escondidas para provarem que não lhes é dado emprego por causa da sua origem étnica. Os ciganos sentem que não beneficiam de protecção jurídica e quando são discriminados pelos empregadores os tribunais não lhes dão razão. Os procedimentos legais levam muito tempo e não se vêem resultados.

Nicole Prud'homme sublinhou que esta questão da discriminação vai para além das comunidades ciganas; é um problema que afecta as minorias em todos os países da União Europeia. Não esquecendo também a discriminação com base no género. No que diz respeito à fixação de quotas, esta é uma ideia em discussão mas ainda não se chegou a uma unanimidade. Por exemplo, não existe um acordo sobre a fixação de quotas para aumentar a participação das mulheres no emprego. Nicole Prud'homme não sabe se algum dia se poderá chegar a um acordo a nível Europeu no que se refere a quotas seja em relação a minorias étnicas seja em relação às mulheres.

Jérôme Vignon lembrou que a Comissão Europeia é chamada a desempenhar um papel importante neste domínio. Já existe uma legislação bastante forte em matéria de discriminação racial e étnica. O próximo ano será o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, uma oportunidade para chamar a atenção de todos para esta problemática e de fazer um balanço sobre da legislação de luta contra a discriminação. Relativamente à utilização de câmaras escondidas, o que implica que a prova têm que ser fornecida por quem é vítima de discriminação, disse que isto não deveria ser necessário se a actual legislação fosse aplicada. Com esta legislação a prova recai sobre a pessoa acusada de discriminar. A questão que se coloca é: a legislação está a ser implementada e o que é que a Comissão pode fazer para ajudar os Estados Membros a tomar medidas a este respeito? Chamou também a atenção para os resultados da sondagem levada a cabo no âmbito o Programa de Acção Comunitário contra a exclusão social que demonstrou que são necessárias três coisas para combater a discriminação: uma legislação forte, acções orientadas para apoiar as vítimas de discriminação e medidas de apoio cobrindo um conjunto de diferentes áreas políticas, por exemplo o rendimento mínimo. Lembrou ainda que o Fundo Social Europeu prevê instrumentos que permitem implementar esta triangulação desde que os Estados Membros decidam utilizá-los devidamente.

Letizia Cesarini Sforza concordou com a acção triangular sugerida por Jérôme Vignon mas acrescentou que é necessário juntar um quarto elemento: a tomada de consciência do que se passa por parte da sociedade em geral. Isto pressupõe informação para que as pessoas tomem consciência do que acontece actualmente às comunidades ciganas por toda a Europa.

Durante a sessão plenária subsequente, um delegado belga referiu que se as quotas devem ser implementadas para anular a discriminação e melhorar a situação dos imigrantes, isto deve ser feito a curto prazo de forma a dar tempo à sociedade para se habituar aos estrangeiros que acolhe e de dar aos imigrantes a possibilidade de se integrarem nessa sociedade. Portanto, as quotas não devem ser vistas apenas como uma medida a curto prazo, senão arriscam-se elas próprias a serem discriminatórias. Acrescentou ainda que com uma população envelhecida os Estados Membros estão interessados em acolher os imigrantes, mas devem preparar-se para a imigração e elaborar políticas em favor de uma sociedade inclusiva e de uma harmonia entre todas as culturas. Devemos tentar banir a exclusão, o racismo e a xenofobia. Chamou ainda a atenção para o assassinato racista de um criança de dois anos e de uma mulher de origem africana, ambas abatidas a tiro em Antuérpia, no dia anterior. Os delegados levantaram-se para guardaram um minuto de silêncio em memória das vítimas.

No fim da sessão plenária, um representante de uma delegação alemã, tomou a palavra em nome do seu colega, tendo também abordado a questão do racismo e da discriminação. Apelou aos delegados para se unirem e resistirem a todas as formas de exploração causadas pelo desemprego, situações de habitação precária, de pobreza e de exclusão social para fins de nacionalismo, racismo e xenofobia e para promover o ódio, a exclusão e a violência. É dever dos Estados Membros ajudarem as pessoas confrontadas com estes problemas, pois elas têm direito à existência e à dignidade humana e a uma ajuda para melhorar as suas condições de vida.

Os decisores políticos não deveriam olhar à cor da nossa pele. Deveriam dirigir-se às pessoas sem prestarem atenção à cor da sua pele. Mas na realidade isto não se passa.

Temos por vezes a impressão que os animais são mais protegidos porque se maltratarmos um cão, seremos condenados, se calhar a uma pena de prisão, mas se batermos em alguém não tenho a certeza que sejamos punidos por isso... A minha opinião é que os cães são mais respeitados que os ciganos.

A realidade (de uma Europa envelhecida) está aí... a Europa necessita de imigração e é altura de nos prepararmos para isso.

A maneira como agimos com as pessoas (requerentes de asilo e imigrantes indocumentados) é a forma como nós somos. Se respeitarmos os direitos fundamentais dos grupos menos favorecidos, respeitar-nos-emos a nós próprios, porque o respeito por nós próprios começa pelo respeito em relação aos grupos mais vulneráveis.

.... Demarcamo-nos clara e totalmente de toda a ideologia que proclama que a luta contra a pobreza e a exclusão social está ligada às questões

como a raça, o sexo, a cor da pele, a origem de nascimento, a idade ou a deficiência.

Imigrantes indocumentados

Como é que os políticos podem prometer que vão erradicar a pobreza quando, ao mesmo tempo, deixam certos grupos de pessoas na pobreza por razões legais. Estou a referir-me aos imigrantes, aos imigrantes indocumentados, a todos aqueles que se encontram em situação ilegal, às pessoas a quem são negados os direitos, aos que não têm o direito de fazer ouvir a sua voz, àqueles que estão na esfera económica mas que são explorados porque são ilegais?

Respondendo à questão, Letizia Cesarini Sforza disse que os governos nacionais têm leis, justas ou não, que devemos tentar mudar. No entanto, se quisermos combater o problema das pessoas indocumentadas, é necessário começar a reflexão sobre o que significa a imigração nas nossas sociedades de forma a mudarmos o nosso ponto de vista. Temos que admitir que as nossas sociedades estão a conhecer mutações profundas. Precisamos de imigrantes não para lhes fazermos um favor ou porque necessitamos de mão-de-obra para os trabalhos que nós não queremos fazer. Precisamos deles porque as nossas sociedades estão a abrir-se e a globalizar-se. Não podemos pretender viver num mundo globalizado e ao mesmo tempo continuar a viver no nosso espaço, no nosso canto. Temos que respeitar os direitos dos imigrantes para nos respeitarmos a nós próprios.

No decurso do debate em plenário, um representante italiano fez uma descrição brilhante da vida difícil de muitos ciganos e de imigrantes indocumentados e apelou aos Estados Membros da União, assim como a países como a Albânia e a Sérvia, para apoiarem estas comunidades. Falou da vida num local em Itália, onde famílias de oito pessoas não dispõem de mais do que 20 metros quadrados no apartamento em que vivem. Referiu que apesar de viverem num país onde vive o papa e onde há muitas igrejas e muitos católicos praticantes, a maior parte dos ciganos vivem em grande privação, para não dizer como ratos. Os assistentes sociais retiram as crianças das famílias porque mendigam, porque não têm dinheiro ou pelo absentismo escolar. Explicou que muitos ciganos são a quarta geração que vive em Itália e que já não são nómadas. Vêm de outros países mas não lhes é concedido asilo, não têm documentos de identificação e não são cidadãos. Não têm nacionalidade, nem italiana, nem turca, nem sérvia, nem albanesa ou qualquer outra. Assim, apesar de terem acesso aos serviços de saúde não têm muitas vezes acesso a um emprego. Se os seus filhos vão à escola, arriscam-se a serem repatriados para os seus países de origem.

Privatização dos Serviços

A privatização dos serviços como a água, a electricidade não funciona, especialmente para as pessoas que vivem em situação de pobreza. Qual é a posição da Comissão Europeia relativamente à Directiva dos Serviços?

Jérôme Vignon respondeu à questão começando por dizer que a Comissão Europeia não pode opor-se à privatização de alguns serviços sociais, outrora públicos. Isto é uma questão de competência nacional. Mas por outro lado, a Comissão ao abrigo do Artigo 16 do Tratado, pode insistir no respeito pelo interesse geral, quer se trate de serviços públicos, privados ou associativos. Se este não for o caso devido a uma regulamentação da Comissão Europeia ou por causa de um abuso das regras do mercado único, a Comissão Europeia deve mudar a sua decisão. No entanto, J. Vignon admitiu que a Comissão está muitas vezes mal informada sobre a situação vivida nos Estados Membros e tem o dever de se informar melhor. Espera que o seguimento da Comunicação da Comissão sobre os Serviços Sociais de Interesse Geral melhorará conhecimento neste domínio. Isto deverá conduzir a dotar-se de melhores instrumentos de análise e a um conhecimento mais preciso da situação para que a Comissão Europeia possa tomar as decisões com um conhecimento de causa.

Tráfego de seres humanos

O que é que a Comissão Europeia está a fazer para combater o tráfico de mulheres e jovens?

Jérôme Vignon respondeu a esta questão sublinhando que se trata de uma problemática que figura na agenda da Comissão desde o Tratado de Amesterdão, em 1997. O Comissário Frattini tomou algumas medidas. Existe um programa de acção para encorajar a colaboração entre as políticas europeias neste domínio. Entretanto reconheceu que até agora esta questão não foi considerada ou incluída nos PNAI's. Pode no entanto tornar-se uma prioridade no futuro, mas isso depende da vontade das pessoas.

Devemos fazer tudo o que está ao nosso alcance para erradicar a pobreza e chegar a uma abordagem integrada de luta contra a pobreza, sobretudo a pobreza feminina, porque as sociedades europeias não podem continuar a ter níveis tão elevados de pobreza feminina e infantil.

Projecto do Tratado Constitucional

No âmbito do Tratado Europeu como é que é possível garantir os direitos das pessoas ao nível da União Europeia? Como é que as pessoas podem ser ajudadas para exercerem os seus direitos e enfrentarem o desafio de todas as dificuldades provocadas pela pobreza? Como é que isso pode ser feito através do Tratado?

Elise Willame lembrou que há uma dimensão social no actual Tratado mas que, no momento, os progressos só podem ser alcançados de forma conjunta. Não podemos adoptar uma legislação comum para combater a pobreza onde a dimensão social é essencialmente da competência dos Estados Membros. O que estamos a fazer actualmente no quadro da Estratégia de Inclusão Social está em conformidade com o Tratado. O Projecto de Tratado Constitucional, por sua vez, incorporou a Carta Europeia dos Direitos

Fundamentais, a qual constitui um avanço importante, e estamos a encaminhar-nos para um reconhecimento da dimensão social.

Nicole Prud'homme descreveu as iniciativas tomadas pelo Comité Económico e Social neste domínio, que lhe permitiram salientar diversos aspectos ligados à pobreza, nomeadamente a pobreza no feminino. Há alguns meses atrás, o Comité emitiu um parecer sobre a pobreza das mulheres na Europa. É extremamente importante definir indicadores específicos ao género, no âmbito da problemática da pobreza. Nicole Prud'homme manifestou também a esperança que 2007, quando o novo Instituto para a Igualdade entre Homens e Mulheres for criado, terá ao seu dispor os meios necessários para trabalhar bem esta questão. É importante que façamos o que está ao nosso alcance para erradicar a pobreza e adoptarmos uma abordagem integrada, sobretudo em relação à pobreza feminina e infantil. As sociedades europeias não podem de forma alguma permitir a existência de tão elevados níveis de pobreza nestes grupos.

Respostas pessoais face à pobreza

Após as oito questões decorrentes dos *workshops* terem sido colocadas, a primeira questão vinda da assistência incidiu sobre a reacção pessoal dos convidados do painel ao que tinham ouvido. Esta pergunta foi muito aplaudida na sala e traduziu-se no seguinte:

Eu apenas gostaria de saber se durante os comentários e as respostas que deram, se sentiram alguma empatia por nós que vivemos a pobreza, e gostaria de saber como vós, decisores políticos, explicam a pobreza aos vossos filhos e como é que podem explicar-lhes que somos pobres e que eles não o são, e porquê é que isso acontece?

Nicole Prud'homme respondeu dizendo que não faz parte do mundo político. Explicou que o seu *background* é o meio sindical e não as fileiras dos decisores políticos; o Comité Económico e Social é composto por representantes dos patrões, dos sindicatos, das ONG's e não de decisores políticos. Disse ainda que ninguém deve julgar ninguém pela sua aparência. Tendo ouvido o que os delegados disseram durante dois dias, está em condições de afirmar que tudo aquilo que ali experienciou está em sintonia com o seu pensamento e opinião. Elise Willame declarou ter sido muito tocada e sensibilizada com os *posters*, apesar das histórias pessoais apresentadas durante as sessões de trabalho terem sido também interessantes. Os *posters* e todo o trabalho que eles representam em termos de debate sobre as mensagens que as pessoas queriam fazer passar, foi o que realmente a impressionou mais. Disse ainda que guardará a imagem do jovem com a boca tapada com fita-cola, tentando falar, tentando fazer-se ouvir, mas sem o conseguir!

Jérôme Vignon reconheceu o quanto era importante a questão colocada. Disse que era uma das pessoas na Comissão Europeia, juntamente com colegas presentes na sala, responsável por falar sobre a injustiça e denunciar as falhas do sistema actual. No momento a questão que se coloca é a seguinte: estaremos nós à altura? Não é apenas uma questão de denunciar as falhas e as lacunas, trata-se de re-aproximar a Europa dos cidadãos e das pessoas que vivenciam situações de pobreza. Espera que este Encontro não se tenha

desenrolado à margem do mundo, numa “torre de marfim”. Pelo contrário, na sua perspectiva, este Encontro deveria servir para retirar a fita adesiva da boca do jovem e permitir à EAPN ser o megafone através do qual as pessoas em situação de pobreza se podem fazer ouvir.

Amianto

Um membro da delegação italiana abordou o problema do amianto. Referiu que muitas casas habitadas por pessoas em situação de pobreza contêm ainda amianto; as crianças crescem com o risco de doença mas nada é feito relativamente a isto. Este problema está particularmente presente em Nápoles, onde muitas pessoas vivem em casas insalubres e onde a única solução seria o despejo com o risco de se tornarem sem-abrigo. Apelou à Comissão para lembrar aos Estados Membros os compromissos que assumiram e pediu à EAPN para fazer pressão – *lobby* – sobre este assunto em nome das pessoas que vivem em situação de pobreza

Comentários Finais do Painel

Nicole Prud’homme agradeceu aos organizadores pelo convite para participar no 5º Encontro. Este evento reforçou muito do que já era conhecido sobre a pobreza e a exclusão social. Prosseguiu dizendo que o Comité Económico e Social no seu trabalho futuro tentará afinar as suas opiniões e acções para, mais do que nunca, contribuir para a erradicação da pobreza. O nível da pobreza em Estado Membros tão ricos é uma vergonha, para não dizer um escândalo. Espera que as vozes de todos os que participaram na conferência sejam ouvidas pela Comissão Europeia para que possamos unir esforços no sentido de aumentar a harmonia e reduzir a discriminação.

Elise Willame disse que, no que diz respeito ao Comité de Protecção Social e à administração belga, levaria do Encontro algumas mensagens muito importantes. Há muito para reflectir e que pode contribuir para o seu trabalho no combate à pobreza, não apenas relativamente aos PNAI’s mas também aos numerosos instrumentos existentes que são importantes para promover a inclusão social.

Jérôme Vignon concentrou as suas notas finais, tentando responder à realidade da pobreza relatada por um membro da delegação que descreveu as dificuldades enfrentadas pelos ciganos. Tentou responder à questão: porque é que os países ricos e democráticos não conseguem melhorar a situação das pessoas que vivem na pobreza? Para ele uma das possíveis respostas é o medo. Muitas pessoas têm medo das pessoas pobres e dos ciganos e tentam esconder o problema. É portanto necessário instaurar um clima de confiança e mostrar que às pessoas que não há qualquer razão para terem medo. Na realidade, os pobres apenas querem participar na sociedade e tornarem-se cidadãos de pleno direito. Não faltam bons exemplos que podem ser utilizados para instaurar esta confiança que conduzirá a uma melhor compreensão, e esta por sua vez levará a melhores soluções.

Letizia Cesarini Sforza disse que este Encontro tinha sido muito enriquecedor e esclarecedor. Muitas vezes estamos tão ocupados em fazermos o nosso trabalho do dia a dia, que perdemos a noção da razão pela qual aqui nos encontramos. O Encontro fê-la lembrar porque é que ela, a EAPN, e todos os presentes ali estavam: é uma questão de compaixão e empatia. É necessário afirmar os direitos humanos que são negados pela pobreza. É necessário trabalhar para a erradicação total da pobreza. Letizia C. Sforza sentiu que este Encontro mostrou e reforçou as boas relações com a Comissão Europeia e outras instâncias. Estes organismos mostraram vontade de escutar os delegados, tendo-se traduzido este evento num enorme passo em frente.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Sigisber DOLINSHCEK

Secretário de Estado da Segurança Social, das Gerações e da Protecção dos Consumidores, Áustria

Franz THÖNNES

Secretário de Estado, Ministério Federal do Trabalho, dos Assuntos Sociais, Membro do *Bundestag*, Alemanha

Ludo HOREMANS

Vice-presidente da European Anti-Poverty Network

Presidência Austríaca

Falando em nome da Presidência Austríaca, **Sigisbert Dolinschek**, Secretário de Estado da Segurança Social, das Gerações e da Protecção dos Consumidores, sublinhou que o 5º Encontro foi um importante evento para a Presidência. Este constituiu uma oportunidade para um debate real com pessoas vindas de toda a Europa, cujas vidas são afectadas pela pobreza e pela exclusão social. Disse aos delegados que era apenas com base nas suas experiências e conhecimentos que poderiam ser desenvolvidas e implementadas estratégias eficazes para combater a pobreza. A troca de informação e de ideias foi muito enriquecedora. Os contributos dos delegados foram muito importantes para preencher lacunas de informação e para identificar boas práticas nos diferentes Estados Membros, podendo, assim, ser transferidas para toda a União Europeia. S. Dolinschek garantiu aos delegados que transmitiria as principais mensagens do Encontro aos seus colegas do Conselho de Ministros e que os incitaria a colaborar mais a nível europeu para que conjuntamente possamos ultrapassar o problema da pobreza e da exclusão social, evitando a dispersão de esforços. Acrescentou dizendo que, o que é necessário é exercitar a tolerância e utilizar metodologias que provaram ter sucesso em outros países.

Agradeceu de seguida aos delegados pelas suas importantes intervenções e, na sua perspectiva, as discussões tidas constituíram um importante passo para o objectivo final de produzir um impacto decisivo na pobreza na UE até 2010. Agradeceu também aos organizadores do evento e a todos que o tornaram possível, pois trata-se de uma iniciativa da maior importância a nível europeu. Agradeceu em especial à Comissão Europeia, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões por todo o seu apoio.

Futura Presidência Alemã

Tomando a palavra em nome da futura Presidência alemã, **Franz Thönnnes**, Secretário de Estado Parlamentar do Ministério Federal do Emprego e dos Assuntos Sociais, agradeceu à Presidência Austríaca pela brilhante organização do evento. Tendo seguido atentamente o relatório dos *workshops*, este veio confirmar a importância de um diálogo sobre as

problemáticas sociais, a nível europeu. Ao nível europeu há a necessidade de criar um quadro de trabalho para que as ONG's e as pessoas que vivem em situação de pobreza se possam expressar, trocar experiências e debater as questões que as preocupam.

Franz Thönnnes disse aos delegados que eles estão no direito de reivindicar políticas mais sociais. Apesar de, na Europa, termos níveis de protecção social bastante elevados, estamos no momento a enfrentar enormes dificuldades em termos de exclusão social devido à crise económica e ao processo da globalização. É por esta razão que, na Alemanha, foi decidido produzir um Relatório sobre Pobreza e Riqueza no decurso de cada legislatura. Este relatório é submetido a discussão e conduz a medidas políticas. Por exemplo, conduziu à adopção de medidas no âmbito da juventude. Há cerca de 500,000 jovens desempregados, na Alemanha, e 50% dos filhos dos imigrantes não têm qualquer tipo de formação. Estes dados relativos à geração mais jovem e às suas diminutas perspectivas para o futuro, são inaceitáveis. Foi por isto que a Alemanha decidiu rever as suas políticas de emprego e dar aos jovens a possibilidade de obterem formação após três meses de desemprego. Ao mesmo tempo, queremos que as pessoas com deficiência participem na sociedade e no mercado de trabalho. Franz Thönnnes reconhece que embora tenha havido algum sucesso nos últimos tempos, este não é suficiente e que é necessário relançar também a economia.

Prosseguiu dizendo que devemos certificarmo-nos, a nível europeu, que embora tendo de um lado os objectivos da competitividade, do emprego e do crescimento e do outro a coesão social, esta deve ser também uma prioridade. Estes são duas faces de uma mesma moeda. É necessário que a ambos os aspectos seja dada igual importância no quadro da Presidência Alemã em 2007. A Presidência lutará por uma Europa mais social e por um mundo mais social. Para além disto, 2007 será o Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos e neste âmbito, a Presidência Alemã esforçar-se-á para demonstrar que quer trabalhar para uma Europa verdadeiramente social.

Concluiu dizendo que o Encontro constitui um brilhante testemunho. A Europa tem uma face social; nós queremos ajudar as pessoas em dificuldades e devemos conjugar os nossos esforços para que a Europa continue a progredir. Finalizou convidando calorosamente os delegados a estarem presentes no 6º Encontro Europeu de Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza, que terá lugar em 2007 sob os auspícios da Presidência Alemã.

EAPN

Ludo Horemans, vice-presidente da EAPN referiu que tinha participado em todos os Encontros Europeus e que o seguinte tinha sido sempre melhor que o anterior. Continuou dizendo que aqueles que não vivem na pobreza mas que tomam contacto com ela diariamente devem ser fortes e corajosos para terem, efectivamente, em conta o que os sentimentos das pessoas que vivem na pobreza, para terem em conta as suas necessidades. Isto dá-nos *empowerment* e a força para prosseguir a luta contra a pobreza. O objectivo fixado em Lisboa, em 2000, de produzir um impacto decisivo na pobreza até 2010 constituiu um enorme desafio. A tal ponto que, inicialmente, os governos não tiveram

noção do que isto envolvia. Pouco a pouco, contudo, vemos que as diversas instituições e governos se envolvem decididamente no alcance deste objectivo.

Mesmo se nas nossas sociedades muitos não sentem qualquer compaixão face ao facto de existirem pessoas a viver na pobreza, há felizmente muitos outros que sentem o mesmo que eu. Mesmo ao nível europeu há pessoas que apoiam a nossa acção, através do trabalho que desenvolvem diariamente e reconhecemos que é difícil manter a questão da pobreza em agenda. Os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão são algo muito importante e a Comissão Europeia disse-o. Devemos continuar a trabalhar para que estes sejam amplamente conhecidos.

“É necessário melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos, especialmente os que se encontram em situação mais vulnerável. A qualidade de vida das nossas sociedades mede-se pela qualidade de vida das pessoas mais desfavorecidas.” Sigisbert Dolinschek, Secretário de Estado da Segurança Social, das Gerações e da Protecção dos Consumidores, Áustria.

“É apenas com base na vossa experiência que nós poderemos desenvolver e implementar estratégias eficazes para combater a pobreza”, Sigisbert Dolinschek, Secretário de Estado da Segurança Social, das Gerações e da Protecção dos Consumidores, Áustria.

“Os objectivos da competitividade, do emprego, do crescimento e da coesão social são duas faces da mesma moeda. Deve ser dada a mesma importância aos dois aspectos no âmbito da Presidência em 2007. Lutaremos por uma Europa e por um mundo mais social.” Franz Thönnies, Secretário de Estado, Ministério Federal do Trabalho, dos Assuntos Sociais, Membro do *Bundestag*, Alemanha.

Ludo Horemans agradeceu a todos os que apoiam de uma forma continuada o trabalho da EAPN, seja ao nível dos governos, das autarquias, das instituições europeias ou a um nível mais elevado da União Europeia. Agradeceu também à Presidência Austríaca por ter acolhido o 5º Encontro Europeu, à Comissão Europeia pelo seu apoio e a todos os que estiveram envolvidos, pelo tempo que dedicaram à preparação do evento. Em sua opinião devemos prosseguir na mesma linha e garantir que os resultados deste 5º Encontro tenham um impacto real na vida das pessoas que vivenciam situações de pobreza para que estas possam sair desta situação. Ludo Horemans incitou os delegados que uma vez regressados aos seus países continuem a trabalhar e utilizem as conclusões do Encontro para apoiarem os seus esforços.

ANEXO

LISTA DE PARTICIPANTES

5º Encontro Europeu de Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza

Bruxelas,

Áustria			
KRÖLL	Johann	Arge fuer Obdachlose, Strassenzeitung Kupfermuckn - sans abri, journal de rue	ibd.koehler@utanet.at
FASSL	Zdenka	Austrian Platform of single parents, Parents isolés	
SALGADO	Rubia	Maiz Autonomous Centre for Migrant women- Femmes migrantes	
EHLER	Wulfhardt	Initiativgruppe Arbeitslosigkeit - Sans emploi	wulfhardt.ehler@chello.at
JANZ	Brigitte	Austrian Platform of single parents - Parents isolés	
GACH	Peter	Selsthilfegruppe für Menschen in schwierigen Lebenssituationen - Personnes en difficulté	
Bélgica			
SCHIJEVENS	Swa	Réseau flamand des associations où les pauvres prennent la parole	ludo.horemans@antwerpen.be
NAHIMANA	Eugène	Fédération Espoir d'Afrique	fedahalle@yahoo.fr
SNOEKS	Magda	Recht-Op Borgerhout - Promotion des droits	rechttop.borgerhout@skynet.be
ROSIERS	Paul	Recht-Op Borgerhout - Promotion des droits	rechttop.borgerhout@skynet.be
STEPMAN	Patricia	Mensen voor Mensen - Des personnes pour d'autres personnes	vierdewereld.aalst@scarlet.be
Bulgária			
MINEVA	Lyubka	EAPN Bulgaria	perspekt@tradel.net
PEEVA	Nadezhda	EAPN Bulgaria	perspekt@tradel.net
ZLATKOVA	Antoaneta	EAPN Bulgaria	antonetazlatkova@yahoo.com
KOZHUSHKOVA	Nina	EAPN Bulgaria	nboq@abv.bg
JELIAZKOVA	Maria	EAPN Bulgaria	perspekt@tradel.net
República Checa			
KLIMENT	Julius	IQ Roma Servis	julio@centrum.cz

MIHOK	Marek	IQ Roma Servis	
FERKO	Ivan	IQ Roma Servis	
KROKA	Milan	IQ Roma Servis	
KROKOVA	Jolana	IQ Roma Servis	
Dinamarca			karinl@kofoedsskole.dk
ELBROND	Niels	SAND - Conseils locaux des sans abri	
JENSEN	Mette	Kofoed's School - Formation	sommerfungen@hotmail.com
FREDERIKSEN	Annie	Kofoed's School - Formation	
VEJBO	Dorthe	Kofoed's School - Formation	dorthev@kofoedsskole.dk
RUDOLF	Ole	SAND - Conseils locaux des sans abri	naerudvalget_aarhusamt.yahoo.dk
Finlândia			
KARIUKI	Peter	Finnish Red Cross Kotopolku Project	kariuki.peter@gmail.com
VILJANEN	Kirsti	Naistari Project	kirsti.viljanen@naapuri.fi
SINKKONEN	Päivi	Becoming More Visible Project	paivi.sinkkonen@becomingmorevisible.net
HOGLUND	Sini	Pirkanmaa Ploytechnic	sini.hoglund@piramk.fi
França			omarquery@arneedusalut.fr
POILVERT	Virginie	Accueil de Jour	l.accueil@wanadoo.fr
BINTEIN	Liliane	ATD Quart Monde	lilianeB1_@yahoo.fr
PETT	Jacques	Le Nouvel Horizon	nhorizon@arneedusalut.fr
LEFEVRE	Patrick	Armée du Salut	cdradepont@arneedusalut.fr
ESKENDER	Lyob	Centre Espoir	eskenberiyob@yahoo.fr
Alemanha			
SCHROTER	Jens	Bag-shi Institut für angewandte armut	institut-angewandte.armut@web.de
GEIGER	Andreas	Erwerbslosen- und Sozialhilfegruppe Mainz e.V	geigerschwab@t-online.de
JECKEL	Wolfgang	Bundesbetroffeneninitiative wohnungsloser Menschen BBI e.V	
SCHMIDT	Dorothee	Verband Alleinerziehender Mütter und Väter, Kreisverband Mettmann	dorothysophiesmith@hotmail.com
BIEHN	Erika	National Armutskonferenz	bagshi.erika@web.de
KADIOFSKY	Peter	Hilfe im Nordend/Amnesty International	kadiofsky@web.de

Grécia			
TSITIPA	Theodora	EAPN GRECE	ttsitsipa@yahoo.gr
PERSHINA	Loudmila	Association hellénique des familles monoparentales s	eapngr@otenet.gr
SPIRIDONOU	Vasiliki	Centre de la famille et de l'enfant	eapngr@otenet.gr
EFTHIMIOY	Vasiliki	Association hellénique des familles monoparentales s	eapngr@otenet.gr
MICHALIS	George		eapngr@otenet.gr
Hungria			
BUJDOSO	Judit	Association des travailleurs sociaux	bujdoso.judit@3sz.hu
GYIMESINE FRANYO	Borbála	Association nationale des sourds et mal entendants	
HORVATH	Gyula	EAPN Hongrie	
SZVOBODA ZOLTANNE	Irèn	EAPN Hongrie	
SZARVAK	Eva	EAPN Hongrie	
Irlanda			
COURTNEY	Joan	OPEN (parents isolés)	jcourt@eircom.net
MOORE	Bernie	OPEN (parents isolés)	enquiries@oneparent.ie
GERMAN	Maria Lourdes	Migrant Rights Centre of Ireland (droit des migrants)	malourdes_german@yahoo.com
TIGHE	Miriam	Older Women's Network (Réseau de personnes âgées)	ownireland@eircom.net
COLEMAN	Angela	Older Women's Network (Réseau de personnes âgées)	ownireland@eircom.net
Itália			
PARATO	Michele	Emmaus Rome	segr.emmausest@libero.it
ARSENE	Ciprian	EAPN Italy - Associations d'enfants migrants isolés)	cipano_ro@libero.it
IMBINBO	Fiorella	Associazione Piazza Grande	carit_av@inopera.it
BYBLIV	Oksana	Caritas Avellino	oksana.bybliv@virgilio.it
GRGA	Mirko	Comunita Di Capodarco	-
MATERA	Rosa	Europa	rosamatera2005@libero.it
Letónia			
ALERE	Elina	EAPN Latvia	elina.alere@inbox.lv

ALEINIKOVA	Inese	Sauka Community Centre	anemone59@inbox.lv
KLEGERE	Vija	Club for Sport and Rehabilitation for People with Special Needs	amerilda@inbox.lv
FOGELS	Armands	EAPN Latvia (assists with EAPN in Latvia, and interested in male NGOs)	armim@inbox.lv
Lituanie			
DAUJOTYTE	Viktorija	Information & support Center, Vilnius	viktorija@nisc.lt
Luxemburgo			
GALLO-HOFFMANN	Mariane	EAPN Luxembourg	marianne.gallo@eapn.lu
ALEIXHO	Sonia	EAPN Luxembourg	
GEHLEN	Christiane	EAPN Luxembourg	
FANNAN	Zahra	EAPN Luxembourg	
Malta			
GAUCI	Dolores	Richmond Foundation	info@richmond.org.mt
VELLA	Helen	Richmond Foundation	info@richmond.org.mt
MEKKONEN BERAKI	Tefsamichael	Richmond Foundation	info@richmond.org.mt
MICALEFF	Bridget	Richmond Foundation	info@richmond.org.mt
Países Baixos			
SMEEKES	Alida	EAPN Netherlands	salida@zonnet.nl
VAN MASTRIGT	Uub	EAPN Netherlands Klientenraad Lelystad	
VAN SAMBEECK	Maria	EAPN/SMZBW (by and for people without paid work)	marivansambeeck@hetnet.nl
VEERHOFF	Niek	EAPN Netherlands Klientepanel Heerhugoward	nveer@planet.nl
VAN WORDRAGEN	Liesbeth	Network Women and Allowences	
Noruega			
KARLSEN	Eva	The Welfare Alliance, EAPN Norvège - Bien être	eva@velferdsalliansen.no
PETTERSEN	Merete	Single Parents Association - Parents isolés	
SOLVANG	Rolf	Convicts Union	
SIMONSEN	Bente	Bergen Social Need Action Group - Ass. Centrée sur les besoins, Bergen	
HELLEVIK	Annette	Bergen Social Need Action Group - Ass. Centrée sur les besoins, Bergen	
Polónia			

WALCZYK	Dagmara	Barka Publishing Association	
DYCZKO	Elzbieta	Barka Kofoeds Shool	
KRZESZEWSKI	Grzegorz	Brother Albert Aid Society	
NAPIERALSKI	Kazimierz	Barka Kofoeds School	
NIEWOLNY	Grzegorz	Fundacja Dom Wspolnoty Barka	
RATAJCZAK	Andrezj	Barka Kofoed School	
Portugal			julio.paiva@reapn.org
PEREIRA	Sonia Bernardo	Fraterna-Centro Comunitário Solidariedade e Integração Social (Braga)	fraterna@iol.pt
SILVA	Juselino	Centro de Assistência Paroquial de Santa Cruz (Coimbra)	capsc@mail.telepac.pt
PINTO CARDOSO	Catia	Centro Social Paroquial Santo André - Estremoz	csandre.etz@sapo.pt
COUTO	Paula	Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto	dincom@fdzhporto.pt
Espanha			
BARTOLOME	Javier	EAPN-España	javierb@rais-tc.org
FERNANDEZ	Rafael	Fundación RAIS. Red de Apoyo a la Integración Sociolaboral	jonyv2005@hotmail.com
JARAMILO	Carmen Miriam	Cruz Roja Española	psicolga00@hotmail.com
SANCHEZ RAMOS	Leoncia	Cuarto Mundo	leosanchez9@yahoo.es
GOMEZ MARTIN	Maria del Mar	Cáritas	sinhogar@caritas-canarias.org
PILAR CASTRO	Remedios	EAPN-Andalucía	voluntariado@eapn-andalucia.org
Suécia			
FORSEN	Jan-Olof	EAPN Sweden /RSMH Association nationale pour la santé sociale et mentale	janolof.forsen@rsmh.se
ROHNITZ	Ami	EAPN Sweden /RSMH Association nationale pour la santé sociale et mentale	rohnitz@spray.se
CHAU	Khai	EAPN Sweden /RSMH Association nationale pour la santé sociale et mentale	khai67@hotmail.com
KUMLIN	Jan-Olof	EAPN Sweden /RSMH Association nationale pour la santé sociale et mentale	
PERSSON	Leif	EAPN Sweden /RSMH Association nationale pour la santé sociale et mentale	
Reino Unido			
HIGGINS	Judith	EAPN England	poe.mchugh@povertyalliance.org
O'KEEFFE	Karen	One Plus	poe.mchugh@povertyalliance.org

SMITH	Anne-Marie	One Plus	poe.mchugh@povertyalliance.org
Facilitadores (Workshops)			
CALVANELLI	Laura	Caritas Italiana	icalvanelli@yahoo.it
CESARINI SFORZA	Letizia	EAPN Italy	icsforza@fastwebnet.it
DUFFY	Katherine	Poverty Alliance - UK	kbdcor@dmu.ac.uk
GORIS	Josée	SPP Intégration Sociale	josee.goris@minsoc.fed.be
GOSZTONYI	Géza	Alliance of Social Professionals, Hungary	gosztonyi@budapest.hu
HERMANS	Maria	Welzijnszorg vzw	marjahermans@welzijnszorg.be
KELLY	Peter	Poverty Alliance	peter.kelly@povertyalliance.org
KOCMANKOVA	Dagmar	New Space, Czech Republik	dasha@novyprostor.com
KOEHLER	Dietmar	Netzwerk Grundeinkommen, Austria	ibd.koehler@utanet.at
LONEGREN	Philip	EAPN Sweden	philip.lonegren@chello.se
MOZER	Michaela	EAPN Austria	michaela.moser@armutskonferenz.at
PAIVA	Julio	EAPN Portugal	julio.paiva@reapn.org
VENARD	Jean	ATD Quart Monde Espagne	aacuartomundo@wanadoo.es
VEREECKEN	Léopold	Forum Belge de Lutte contre la Pauvreté	lvereecken@
WESTERHEIM	Dag	Welfare alliance, Norway	dag@velferdsalliansen.no
MARGUERY	Olivier	Armée du Salut, ReiMe France	omarquery@armedusalut.fr
Convidados			
ALFODYIOVA	Beata	Ministry of Labour, Social Affairs & Family, Slovak Republic	alfodi@employment.gov.sk
ANGEL	Miguel	Comité européen économique et social	mcabradeluna@fundaciononce.es
CYTERMANN	Laurent	Ministère des Affaires Sociales, France	laurent.cytermann@sante.gouv.fr
DANSO	Iketina	Commission for Racial Equality; UK	IDANSO@cre.gov.uk
DE VADDER	Alfons	Comité européen économique et social	alfonsdevadder@skynet.be
DIJKSMA	Harry	Comité des Régions - Commission for Economic & Social Policy, Chairman	christof.kienel@cor.eu.int

DOLINSCHKEK	Sigisbert	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	
DRAGANOV	Dragomir	Ministry of Labour & Social Policy, Bulgaria	draganvo@mlsp.government.bg
FECCHIO COMITO	Anna Maria	Dipartimento per il coordinamento per le politiche Comunitarie, Italy	a.comito@plassochiqi.it
FLORIO	Susanna	Comité européen économique et social	europ.ecosoc@mail.cgil.it
FUCHS	Miroslav	Permanent Représentation, Czech Republik	miroslaw_fuchs@mzv.cz
GIBITZ	Johann	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	johann.gibitz@bmsg.at
GLETTLER	Edeltraud	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	edeltraud.glettler@bmsg.at
GONCALVEZ	Alda	Instituto da Seguranza social, Ministerio do Trabalho a da Solidariedade social, Portuga	alda.m.goncalvez@seg.social.pl
GRIFFITHS	Tricia	Dept. For works & Pensions, Social Inclusion, UK	tricia-griffiths@dpw.gsi.gov.uk
GYORGYI	Vajda	Ministry of Youth, Family, Social Affairs & Equal Opportunities, Hungary	vajda.gyorgyi@icsszem.hu
HALLA	Klaus	Ministry of Social Affairs & Health, Finland	klaus.halla@stm.fi
HAUBNER	Ursula	Federal Minister of Social Security, Générations and Consumer Protection, Austria	
HEITZMANN	Karin	Chair, Vienna University of Economics and Business Administration	Karin.Heitzmann@wu-wien.ac.at
HORSKA	Tereza	Permanent Representation of Slovak Republic	horska@pmsreu.be
HUXHOLD	Erika	Bundesministerium für Arbeit und Sociales	erika.huwhold@bmsg.bud.de
JAHIER	Luca	Comité européen économique et social	luca.jahier@acli.it
KOMOROWSKI	Marek	Comité européen économique et social	
KRITIKOU	Anthi	Ministry of Employment & Social Protection, Greece	akritikou@mou.gr
KUCK-SCHNEEMELCHER	Daniela	Bundesministerium für Arbeit und Sociales	daniela.kuck-schneemelcher@bmsg.bund.de
LANG	Helmut	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	helmut.lang@bmsg.gv.at
LASIAUSKAS	Linus	Comité européen économique et social	linas.lasiaukas@esc.eu.int
LELIE	Peter	Member of Indicator Subgroup of the Social Protection Committee	peter.lelie@minsoc.fed.be
LEPUSCHITZ	Heimo	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	heimo.lepuschitz@bmsg.gv.at
MALONE	Darren	Dept. Of Social & Family Affairs, Ireland	darren.malone@welfare.ie
MANSNERUS	Annika	Permanent Representation of Sweden	annika.mansnerus@foreign.ministry.se
MARLIER	Eric	CEPS/INSTEAD Research Institute	eric.marlier@skynet.be
MAYRHAUSER	Marena	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	

MICALLEF	Theresa	Ministry for Family and Social Solidarity, Malta	therese.a.micallef@gov.mt
MUSZKOVA	Katarina	Ministry of Labour, Social Affairs & Family, Slovak Republic	muszkova@employment.gov.sk
NIKOLOVA	Silvena	Gellis Communication	silvena.nikolova@gellis.com
OANCEA	Diana	Gellis Communication	Diana.oancea@gellis.com
OLBRICH	Eduard	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	eduard.olbrich@bmsg.gv.at
OLLSON	Jana	Comité européen économique et social	
OSLAJ	Danica	Ministry of Labour, Family & Social affairs - Slovenia	danica.oslaj@gov.si
PRUD'HOMME	Nicole	Comité européen économique et social	nicole.prudhomme@cnafr.fr
RABAU	Muriel	Représentation permanente Belgique	Muriel.RABAU@belgoeurop.diplobel.fed.be
SACHSE	Charlotte	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	-
SCHACHINGER	Ingrid	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	ingrid.schachinger@bmsg.gv.at
SCHWARZ	Brigitte	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	brigitte.schwarz@bmsg.gv.at
STANTON	David	SPC Department of Work and Pensions, Chair of the Indicator Subgroup of the Social Protection Committee	david.stanton@blueyonder.co.uk
STULLER	Gero	Federal Ministry of Social Security, Generations and Consumer Protection, Austria	gevo.stuller@bmsg.gv.at
THÖNNES	Franz	Federal Ministry of Labour & Social Affairs & Member of the Bundestag, Germany	birgit.nold@bmas.bund.de
VANDEBUSSCHE	Johann	Ministère de l'intégration Sociale, Belgique	johan.vandenbussche@p-o.be
VAN GEERTSOM	Julien	POD Maatschappelijke Integratie, Belgium	Josee.Goris@mi-is.be
VIIES	Mare	Comité européen économique et social	Mare.Viies@tv.ttu.ee
von PUTTKAMER	Enne Marie	Interpreter for Ms. Haubner & Mr. Dolinshek	
WEINANDY	Brigitte	Ministère de la Famille et de l'Intégration Luxembourg	Brigitte.Weinandy@fm.etat.lu
WILLAME	Elise	Vice Présidente du Comité de Protection sociale	Elise.Willame@minsoc.fed.be
ZUKAL	Jiri	Permanent Representation, Czech Republic	jiri-zukal@mzv.cz
Comissão Europeia			
VIGNON	Jérôme	European Commission, DG Employment, Social Affairs and Equal Opportunities	jerome.vignon@cec.eu.int
PARASKEVAS	Marie-Anne	European Commission, DG Employment, Social Affairs and Equal Opportunities	marie-anne.paraskevas@cec.eu.int
SAMUEL	Lenia	European Commission, DG Employment, Social Affairs and Equal Opportunities	lenia.samuel@cec.eu.int

ONG's			
FARRELL	Fintan	EAPN	fintan.farrell@eapn.skynet.be
HOREMANS	Ludo	EAPN	ludo.horemans@antwerpen.be
MACIOTI	Gunda	ATD Quart Monde	gunda.macioti@skynet.be
MURPHY	Dearbhal	FEANTSA	office@feantsa.org
WELFORD	Sarah	ATD 4th World	swelf2005@yahoo.fr
HAINSWORTH	Jana	Eurochild	secretarygeneral@eurochild.org
Coordenação			
GERONDAL	Micheline	EAPN	micheline.gerondal@eapn.skynet.be
Relator			
FRAZER	Hugh	Final Reporter	hughfrazer@eircom.net
Secretariado			
FLEMAL	Coralie	EAPN	coralie.flemal@eapn.skynet.be
JONES	Sian	EAPN	claire.champeix@eapn.skynet.be
LEMMENS	Philippe	EAPN	philippe.lemmens@eapn.Skynet.be
NOLMANS	Cynthia	EAPN	cynthia.nolmans@eapn.skynet.be
VEREECKEN	Nicolas		

Apoios

Comissão Europeia, o Comité Económico e Social, o Comité das Regiões

Organizado com a colaboração

EAPN

Relator

Hugh Frazer

Coordenadora

Micheline Gerondal

Tradução

Armandina Heleno

Outubro 2006

